



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RAFAEL DA SILVA LIMA

**COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE NA CRISE DA
COVID-19 VIS À VIS A CRISE ECONÔMICA DE 2015-2016: UMA ANÁLISE DAS
DIFERENÇAS E SIMILARIDADES.**

FORTALEZA

2021

RAFAEL DA SILVA LIMA

COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE NA CRISE DA
COVID-19 VIS À VIS A CRISE ECONÔMICA DE 2015-2016: UMA ANÁLISE DAS
DIFERENÇAS E SIMILARIDADES.

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômica da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Inez Silvia Batista
Castro.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L1c LIMA, RAFAEL DA SILVA.
Comportamento do mercado de trabalho cearense na crise da covid-19 vis à vis a crise econômica de 2015-2016 : Uma análise das diferenças e similaridades / RAFAEL DA SILVA LIMA. – 2021.
62 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Inez Sílvia Batista Castro.

1. Mercado de trabalho. 2. Economia Brasileira. 3. Ceará. 4. Informalidade. 5. Covid-19. I. Título.
CDD 330

RAFAEL DA SILVA LIMA

COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE NA CRISE DA
COVID-19 VIS À VIS A CRISE ECONÔMICA DE 2015-2016: UMA ANÁLISE DAS
DIFERENÇAS E SIMILARIDADES.

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômica da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Economia.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Inez Silvia Batista Castro (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alfredo José Pessoa de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Ao amor de minha vida, Ana Valeska.

AGRADECIMENTOS

À Deus, aquele que é capaz de fazer infinitamente mais do que tudo o que pedimos ou pensamos, de acordo com o seu poder que atua em nós.

À toda minha família, em especial, à minha esposa, Ana Valeska, pelo apoio e inspiração sempre presente.

À Profa. Dra. Inez Silvia Batista Castro, pela excelente orientação e pela dedicação em lecionar a disciplina Economia do Trabalho, de onde surgiu a inspiração para esse trabalho.

Aos professores participantes da banca examinadora Prof. Dr. Alfredo José Pessoa de Oliveira e Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Se o mundo atual nos oferece como horizonte imediato o privilégio da servidão, seu combate e seu impedimento efetivos, então, só serão possíveis se a humanidade conseguir recuperar o desafio da emancipação. (ANTUNES, 2018, p.306).

RESUMO

O presente trabalho propõe analisar o mercado de trabalho cearense durante a crise dos anos 2015-2016 e a mais recente crise da covid-19, comparando seu comportamento com o mercado de trabalho em nível de Brasil. O objetivo é verificar as diferenças e similaridades entre os dois períodos, verificando o comportamento de diversos indicadores do mercado de trabalho disponíveis na PNAD contínua e PNAD-covid do IBGE, e na RAIS e CAGED da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Verificou-se que a crise atual apresentou um impacto muito mais negativo dentro de um espaço curto de tempo, com uma diminuição drástica da força de trabalho e aumento do desemprego, demonstrando, entretanto, uma recuperação, ainda que lenta, já no terceiro trimestre de 2020. Na crise passada, o impacto maior aparece no mercado formal, além disso a recuperação foi bem mais lenta, puxada principalmente pela informalidade.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Economia brasileira. Ceará. Informalidade. Covid-19. Força de trabalho.

ABSTRACT

This paper investigated the labor market in Ceará during a crisis in the years 2015-2016 and the most recent crisis of covid-19, comparing its behavior with the labor market at the level of Brazil. The objective is to verify the differences and similarities between the two periods, verifying the behavior of several labor market indicators available in the PNAD contínua and PNAD-covid in the IBGE, and in the RAIS and CAGED of the Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. It was found that the current crisis had a much more negative impact within a short period of time, with a drastic decrease in the workforce and an increase in unemployment, showing, however, a recovery, albeit slow, in the third quarter of 2020. In the past crisis, the greatest impact appears in the formal market, in addition the recovery was much slower, mainly driven by informality.

Keywords Labor market. Brazilian economy. Ceará. Informality. Covid-19. Workforce.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comparativo internacional de medidas relativas à renda e ao trabalho	47
---------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice do crescimento anual do PIB Real – Brasil e Ceará – (2002 a 2020).....	16
Gráfico 2 – Taxa de desemprego – Brasil e Ceará – (2001 a 2011)	17
Gráfico 3 – Variação real anual das exportações e da formação bruta de capital fixo – Brasil (2001 a 2020)	23
Gráfico 4 – Taxa de variação anual do Salário Mínimo Real – Brasil (1996 a 2020) ...	25
Gráfico 5 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado ao ano – Brasil – (2002 a 2020)	30
Gráfico 6 – Taxa de Atividade (PIA/PT) – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4)	40
Gráfico 7 – Taxa de participação (FT/PIA) e taxa de inatividade (PFT/PIA) – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4)	40
Gráfico 8 – Nível de ocupação (PO/PIA) e desocupação (PD/PIA) – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4).....	41
Gráfico 9 – Taxa de desemprego – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4).....	42
Gráfico 10 – Taxa composta da subutilização da força de trabalho – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4).....	42
Gráfico 11 – Percentual de pessoas desalentadas na população fora da força de trabalho – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4).....	43
Gráfico 12 – Variação anual do estoque de empregos registrados pela RAIS – Brasil e Ceará – (2010 a 2019).....	44
Gráfico 13 – Taxa de informalidade – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4).....	45
Gráfico 14 – Distribuição dos ocupados pela posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Ceará – (2012.4 a 2020.4).....	45
Gráfico 15 – Variação percentual em relação ao mesmo trimestre do ano anterior de ocupados formais e informais no Ceará – (2013.1 a 2020.4).....	46
Gráfico 16 – Evolução mensal do saldo de empregos formais registrados pelo novo	47

CAGED - série com ajustes – Brasil e Ceará (2020.1 a 2020.12).....	
Gráfico 17 – Evolução do saldo de emprego formal registrado pelo CAGED, por setor de atividade econômica – dados ajustados – Brasil – (2010 a 2019).....	49
Gráfico 18 – Variação interanual da população ocupada no terceiro trimestre, por setores de atividade, Ceará - (2013-2020).....	49
Gráfico 19 – Variação interanual da população ocupada, por gênero – Brasil (2013.1-2020.4) e Ceará (2013.1-2020.1).....	51
Gráfico 20 – Variação interanual da população ocupada, nível de instrução – Brasil (2013.1-2020.4) e Ceará (2013.1-2020.1).....	52
Gráfico 21 – Variação interanual do rendimento efetivo e habitual de todos os trabalhos no Brasil (2013.1-2020.4) e Ceará (2013.1-2020.1).....	53
Gráfico 22 – Rendimento médio real domiciliar per capita dividido entre famílias que receberam o auxílio emergencial e aquelas que foram desprovidas desse recurso – Brasil e Ceará - maio a novembro de 2020.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – Brasil e Ceará (2004-2020).....	18
Tabela 2 – Grau de informalidade do mercado de trabalho e percentual de contribuintes ao INSS – Brasil e Ceará (2001 a 2014).....	19
Tabela 3 – PIB trimestral pela ótica de demanda – Brasil.....	34
Tabela 4 – Percentual de pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade – Brasil e Ceará – maio a novembro de 2020.....	43
Tabela 5 – Percentual de domicílios que receberam o AE e média do rendimento recebido – Brasil e Ceará – maio a novembro de 2020.....	48
Tabela 6 – Percentual de pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho, que trabalhavam de forma remota, no total da população ocupada e não afastada do trabalho – Brasil - maio a novembro de 2020.....	50
Tabela 7 – Variação interanual da população ocupada, por faixa etária – Brasil (2013.3-2020.3) e Ceará (2013.3-2020.1).....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
P.P.	Pontos percentuais
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

LISTA DE SÍMBOLOS

R\$ Real

% Porcentagem

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA E CEARENSE NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS	15
2.1	Os Governos Lula - anos dourados do século XXI.....	15
2.2	Era Dilma e o insucesso da política econômica no Brasil.....	20
2.2.1	<i>A virada na política econômica e o contexto internacional.....</i>	<i>21</i>
2.2.2	<i>O desempenho do mercado interno: 2011 a 2014.....</i>	<i>22</i>
2.2.3	<i>O terrível biênio: 2015 a 2016.....</i>	<i>25</i>
2.3	Os novos governos e as velhas políticas: Temer/Bolsonaro.....	28
2.3.1	<i>A economia no período Temer.....</i>	<i>28</i>
2.3.2	<i>A economia no primeiro ano do governo Bolsonaro</i>	<i>31</i>
2.4	Uma crise sem precedentes: A pandemia do novo coronavírus e seus efeitos econômicos.....	33
2.5	O comportamento da economia cearense.....	36
3	ANÁLISE DOS DADOS RELACIONADOS AO MERCADO DE TRABALHO.....	38
3.1	Metodologia.....	39
3.2	Comportamento da Força de Trabalho.....	39
3.3	Comportamento do mercado de trabalho formal e informal.....	43
3.4	Comportamento da ocupação por setor.....	48
3.5	Comportamento da ocupação por condições individuais.....	51
3.6	Comportamento dos rendimentos do trabalho.....	53
4	CONCLUSÃO	54
	REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira apresentou a partir do segundo trimestre de 2014 uma variação negativa no seu PIB trimestral que só viria a se reverter no começo do ano de 2017, acumulando onze trimestre consecutivos de variações negativas. Dessa forma, as economias estaduais foram também duramente atingidas, no caso do Ceará a queda do PIB anual para os anos de 2015 e 2016 foram de 3,5% e 4% respectivamente. A pandemia iniciada ainda no primeiro trimestre de 2020, pôs fim ao fraco crescimento que a economia brasileira vinha apresentando desde 2017, a queda no PIB brasileiro em 2020 foi de aproximadamente 4% e os impactos na economia dos estados foram fortíssimos. No caso do Ceará, as ações de paralisação das atividades econômicas, que começaram relativamente cedo, parecem ter amenizado os efeitos negativos¹ da pandemia em relação ao desempenho nacional.

Esses dois períodos tiveram em comum, além da forte retração do produto, o impacto negativo no mercado de trabalho, que nesse período manteve-se com altas taxas de desocupação, aumento da informalidade, inatividade e queda nos rendimentos médios. A despeito dessas tendências gerais, o comportamento do mercado de trabalho em cada um desses períodos apresentou certas peculiaridades inerentes às características de cada uma das crises.

Nesse presente trabalho, busca-se analisar o comportamento do mercado de trabalho cearense nos dois períodos referidos, analisando suas similaridades e diferenças, buscando identificar os fatores que explicam cada um desses comportamentos. Para isso, serão utilizados dados da PNAD contínua e PNAD-Covid do IBGE, e da CAGED e RAIS da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

¹ A projeção do IPECE é de queda de 3,56% do PIB cearense em 2020.

2 O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA E CEARENSE NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS

As últimas duas décadas da economia brasileira foram marcadas por um comportamento muito similar as décadas de 70 e 80, onde se observa uma inversão brusca do crescimento econômico. Até os títulos dados aos períodos coincidem, o famoso milagre econômico dos anos 70 assumiu o título, dado pelos os mais conservadores, de milagrinho (CARVALHO, 2018), referência ao período dos dois governos Lula onde a economia apresentou um crescimento médio 2,5% do PIB *per capita*, segundo os dados apresentados pelo IBRE-FGV. Já a tão famosa década perdida, alusão aos anos 80 em que a economia apresenta um fraco crescimento, passou a designar também o período que vai de 2011 a 2020, talvez o período mais conturbado da nossa história, com crise econômica, política e uma pandemia devastadora.

Dessa forma, buscando entender o comportamento do mercado de trabalho, faz-se necessário explorar a conjuntura econômica de cada crise.

2.1 Os Governos Lula - anos dourados do século XXI

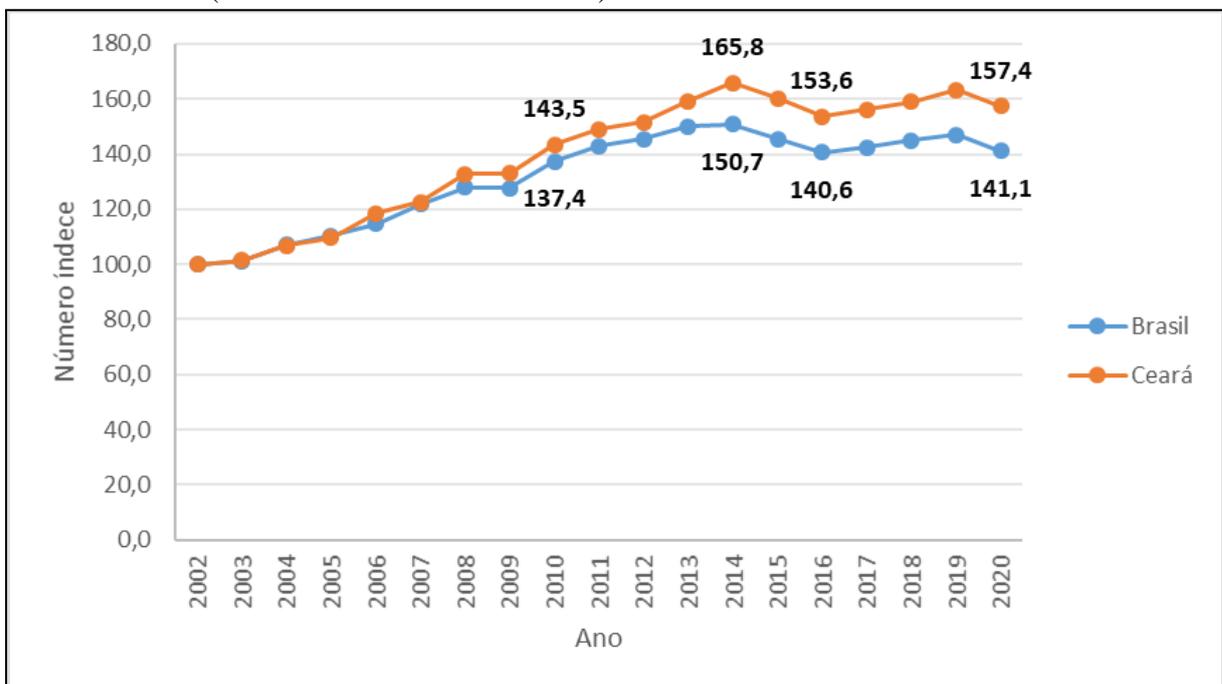
Lula assume a presidência do país em 2003 depois de um período de duro ajuste na economia brasileira, principalmente com foco na estabilização da inflação, problema crônico das décadas passadas. O receio do mercado financeiro era de que o novo governo adotasse uma nova política econômica na contramão das políticas então vigentes, designada de tripé macroeconômico, ou seja, metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante, além disso termos como “renegociação da dívida externa”, “limitação do pagamento de juros” e “renegociação do acordo com o FMI” causavam pânico e incerteza nos agentes econômicos (GIAMBIAGI, 2011).

Toda a incerteza em relação ao novo governo fez com que o dólar apreciasse de forma significativa. De acordo com Carvalho (2018), o dólar passa de R\$ 2,60 no início de 2002 para R\$ 4,00 na véspera da eleição do candidato do PT, além disso a expectativa de inflação subiu rapidamente chegando a ser de 11% em novembro de 2002 (GIAMBIAGI, 2011). Mas, o anúncio do banqueiro Henrique Meirelles no Banco Central, que manteve a taxa de juros em patamares elevados e Antônio Palocci na Fazenda, que continuou com o foco em altos superávits primários, em conjunto com as próprias sinalizações do presidente Lula,

demonstravam um governo interessado em perpetuar, de certa forma, a política econômica até então vigente.

O fraco desempenho da economia em 2003 – 1,1% - embasaram grande parte da crítica ao governo, que vinham em sua maioria da própria ala política que o ajudara a eleger anteriormente. O tom da crítica era de que as medidas de aumento do superávit primário e aumento significativo da taxa de juros, haviam sufocado o crescimento econômico, mas, o fato é que, apesar do baixo crescimento da economia, o dólar sofreu uma inflexão na sua trajetória acendeste e a inflação de 12%, em 2002, fechou o ano de 2003 em 9%.

Gráfico 1 – Índice do crescimento anual do PIB Real – Brasil e Ceará – (2002 a 2020).
Número índice (Var. Anual do PIB 2002=100).



Fonte: IpeaData e Ipecedata (2021).

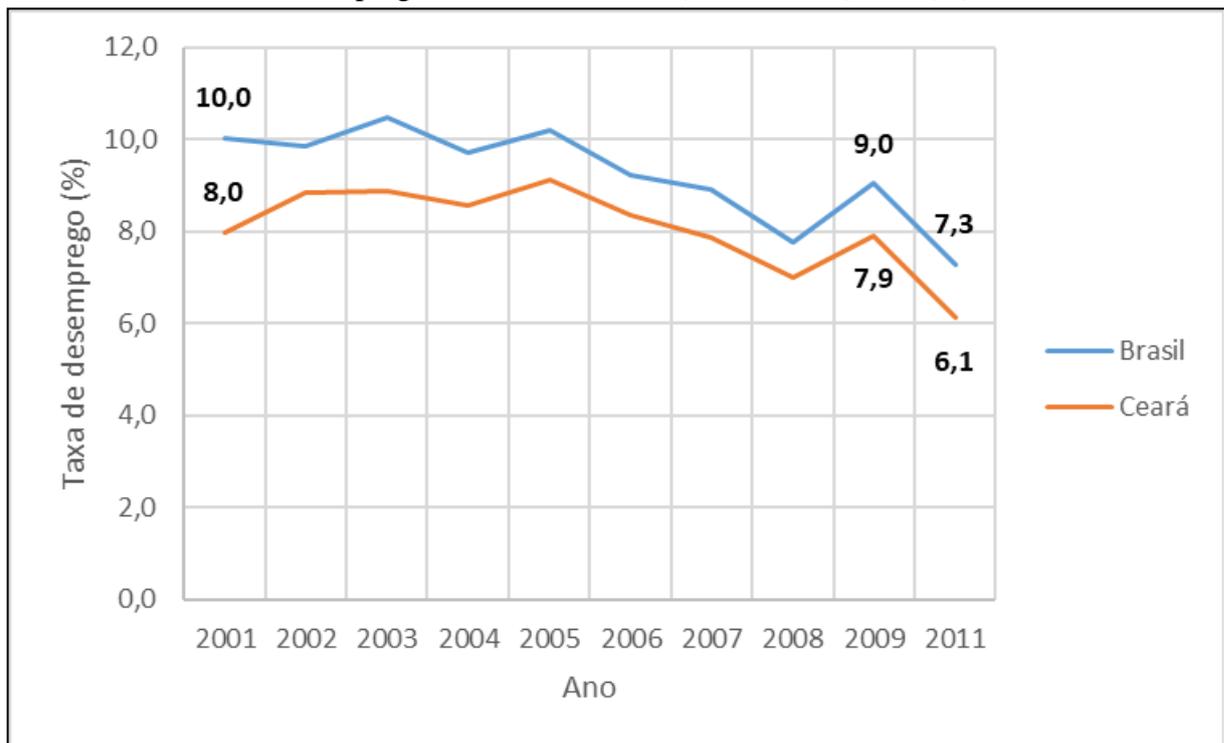
Observação: O crescimento do PIB do Ceará para os anos de 2019 e 2020 são estimativas do IPECE (2021).

O bom desempenho da economia a partir de 2004, conforme pode ser visto no gráfico 1, principalmente no segundo mandato do governo, revela um certo de traço de peculiaridade do período Lula, como bem destaca Gentil e Hermann (2017, v. 26, p.794), “A novidade da ‘Era PT’ neste aspecto foi a conciliação desse regime conservador com aquelas políticas de cunho social desenvolvimentista”. Um ponto fundamental a destacar é o cenário externo favorável em grande parte dos dois mandatos de Lula, principalmente via crescimento da economia chinesa e aumento da demanda internacional de *commodities*, produtos nos quais o Brasil tem grande participação de mercado. De acordo com Carvalho (2018), o bom desempenho da economia no primeiro governo Lula, período de políticas econômicas

estabilizadoras, foi em grande parte liderada pelas exportações que expandiram 14,5% em 2004 e 9,6% em 2005.

Lula chega no seu segundo mandato, em 2007, em condições bem diferentes de 2003. O forte ajuste fiscal, aperto monetário e crescimento das exportações, permitiram um cenário de estabilização da inflação e do câmbio, diminuição da dívida e acúmulo de reservas, possibilitando assim uma política de cunho mais desenvolvimentista, posta em prática pelo novo ministro da fazenda Guido Mantega, com foco em três pilares principais: política social, aumento dos investimentos públicos e do crédito (CARVALHO, 2018).

Gráfico 2 – Taxa de desemprego – Brasil e Ceará – (2001 a 2011). Em (%).



Fonte: IpeaData (2021).

Esse novo direcionamento da política econômica trouxe impactos diretos no mercado de trabalho, conforme demonstra o gráfico 2 acima, cuja a dinâmica passou ser notoriamente positiva e diretamente relacionada com o desempenho econômico, ou seja, tinha-se o processo de crescimento inclusivo no qual o mercado de trabalho era o protagonista. O modelo de crescimento era baseado no que alguns autores denominam de modelo de consumo de massa (BIELSCHOWSKY, 2012), no qual a demanda interna é o sustentáculo. Nesse sentido, a política social do governo Lula prestou enorme contribuições. Os programas de transferência de renda, iniciados no governo FHC, ganharam centralidade nas políticas de redução da pobreza e inclusão social, como foi o caso do Programa Bolsa

Família, que dobrou o número de famílias beneficiárias entre 2004 e 2011 (Tabela 1). Além disso a política de valorização do salário mínimo, iniciada em 2007 e formalizada em 2011 pelo governo Dilma, fez com que as disparidades salariais diminuíssem e impactou diretamente no padrão de consumo das famílias, sem efeitos negativos sobre a taxa de desemprego, permitindo uma espécie de “Revolução indesejada” (SERRANO; SUMMA, 2018), ou seja, ganhos salariais acima da inflação sem correspondente aumento da produtividade, permitindo aumento na apropriação da renda nacional por parte dos trabalhadores (Gráfico 4). Destaca-se também um processo de formalização ascendente nesse período (Tabela 2), explicado em grande parte pelo bom desempenho da economia, que tende a gerar uma transição de indivíduos do setor informal para o setor formal, além é claro, do aumento do poder de barganha dos trabalhadores e da escolaridade média, que nesse período é favorecida por uma política educacional universal, com um certo foco na educação superior e tecnológica, impactando diretamente na queda da informalidade (IPEA, 2009).

Tabela 1 – Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – Brasil e Ceará (2004-2020).

Período	Número de beneficiários (Famílias)		Variação relativa	
	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará
2004	6.571.839	572.730	-	-
2008	10.557.996	870.153	37,8%	34,2%
2012	13.900.733	1.107.009	24,0%	21,4%
2016	13.562.452	1.042.087	-2,5%	-6,2%
2020	13.228.015	1.013.000	-2,5%	-2,9%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEADATA e MDS (2021).

O crédito foi outro pilar fundamental nesse modelo de crescimento. A introdução do consignado em 2003, que contou com participação ativa dos bancos públicos, possibilitou uma queda do custo de crédito à pessoa física, dinamizando ainda mais o consumo, que retroalimentava (CARVALHO, 2018) a estrutura do mercado de trabalho então vigente, ou seja, o modelo proliferava uma expansão focalizada em certos segmentos – principalmente serviços – com baixo valor agregado e com baixo efeito transbordamento sobre a estrutura produtiva. Nesse ponto talvez, como apontam alguns autores (ROSSI; MELLO, 2017), se concentrou a grande contradição da estratégia econômica do governo Lula, pois apesar de um mercado doméstico aquecido que possibilitou inserção econômica, queda das desigualdades e dinamismo no mercado de trabalho, do lado da oferta os avanços não foram proporcionais. O crescimento do investimento foi notório - 9,1% a.a. em termos reais entre 2006 e 2010 - em

grande parte puxado pelo investimento público, onde o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – foi a principal iniciativa. A previsão era de movimentar R\$ 500 bilhões entre 2007 e 2010 (LINS, 2017), no sentido de alavancar a oferta da economia por meio do aperfeiçoamento de infraestrutura produtiva, especialmente energia e logística, e assim induzir os investimentos privados. Todavia, como bem destaca Resende e Terra (2020) a taxa de investimento como proporção do PIB se manteve sempre abaixo do 20%, a despeito do aumento relevante, sendo insuficiente para o sustentar a demanda interna.

Tabela 2 – Grau de informalidade do mercado de trabalho e percentual de contribuintes ao INSS – Brasil e Ceará (2001 a 2014). Em (%)

Período	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Grau de informalidade - BR	54,8	54,9	54,1	53,5	52,4	51,5	50,6	48,5	48,1	45,4
Grau de informalidade - CE	72,1	71,3	70,8	70,1	69,3	69,0	67,4	66,6	64,5	62,5
Contribuintes INSS - BR	44,9	46,1	46,2	47,0	48,4	50,3	51,8	53,3	58,3	44,9
Contribuintes INSS - CE	26,3	25,7	27,2	27,3	28,3	30,5	31,3	33,6	38,4	26,3

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEADATA e MDS (2021).

Fonte: IpeaData (2021).

Nota 1: Grau de informalidade é definida com (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregadores).

Grande parte da demanda doméstica, em especial de bens manufaturados, foi suprida pelo mercado externo, em face da valorização cambial e melhor termos de troca, como bem destaca Rossi e Mello (2017, p.4):

“Esta manutenção da estrutura produtiva pode estar ligada, em parte, ao grande incentivo para a importação de insumos e produtos finais promovido pela valorização cambial, produzindo um efeito que ficou conhecido na literatura como ‘vazamento de demanda’, onde parte significativa do crescimento da demanda interna é atendido por produtos importados. ”

A despeito desse processo “internacionalização da oferta”, o mercado de trabalho continuou dinâmico, haja visto que seu termômetro era o setor de serviços. Apesar disso, a indústria não sofreu alterações muito brusca, quando se olha a sua participação no PIB durante esse período, se evidencia uma certa estabilidade em torno de 20 a 15%, bem distante do período do milagre econômico. Observa-se, entretanto, uma diminuição da capacidade ociosa, que passou a ter reflexos sobre o nível de preço da economia.

Com o eclodir da crise econômica de 2008 e dada sua amplitude mundial, a economia brasileira interrompe um período de crescimento contínuo e apresenta uma pequena contração em 2009 e um pequeno aumento no desemprego. A adoção de uma série de políticas anticíclicas, como a queda nos juros em 2009, a política de crédito via BNDES para determinados setores, a redução de impostos e o aumento dos gastos públicos com investimentos aliada a boa situação de nossas reservas, um mercado interno consolidado e a importância da nossa economia no cenário mundial, permitiu-nos uma recuperação que destoou do comportamento das grandes economias do mundo, evidenciado no crescimento de 7,5% do PIB em 2010 e na retomada forte do mercado de trabalho.

Dessa forma, não há como questionar os avanços do período Lula para economia brasileira, e ano de 2010 é talvez o grande *outdoor* desse modelo de crescimento baseado na demanda doméstica - via consumo, crédito, emprego e política social - e no desempenho externo, via exportações. Todavia, o descompasso da oferta foi sem dúvida o grande impasse do modelo, que acabou por desarticular mais ainda a estrutura produtiva industrial do país, visível na baixa complexidade produtiva, nos baixos ganhos de produtividade, reprimarização de nossa pauta exportadora, esgotamento da capacidade ociosa e inflação incipiente. Com os efeitos mais tardios da crise de 2008, a partir de 2011, e sob a gestão da presidenta Dilma, viu-se uma tentativa frustrada de alavancar a oferta. Inicialmente, via uma política industrial passiva, ou seja, enormes subsídios e desonerações, aliado ao um novo modelo macroeconômico desajustado e confuso. Depois, no seu segundo mandato, por meio de um forte ajuste fiscal e monetário.

2.2 Era Dilma e o insucesso da política econômica no Brasil

Dilma assume como a primeira presidenta do Brasil em 2011, dentro de um contexto que mesclava oportunidades e ameaças. O bom desempenho da economia no período Lula creditava ao governo uma certa confiança de que, apesar da crise internacional o país continuaria uma trajetória de crescimento inclusivo com dinamismo no mercado interno. Ao mesmo tempo, os efeitos da crise não eram indolores à economia brasileira e os gargalos deixados pelo governo anterior, em especial, a queda de participação da indústria e a diminuição da capacidade ociosa, alertavam para as limitações do modelo de crescimento baseado na demanda doméstica desalinhado da oferta interna. Infelizmente, as ameaças se tornaram realidades e a má condução da política econômica aliada a uma reversão do cenário

externo e a perda de credibilidade do governo, levaram o país a condições políticas, sociais e econômicas inéditas (BOLLE, 2016).

2.2.1 A virada na política econômica e o contexto internacional

Em 2011, a despeito do crescimento destoante da economia em 2010, os efeitos tardios da crise econômica se fizeram sentir, em especial, a desvalorização cambial, a reversão dos termos de troca (ROSSI; MELLO, 2017) e aumento da inflação. Isso exigiu da autoridade monetária a continuação, iniciada em 2010, do processo de aperto monetário, com a taxa Selic chegando a 11,25% no primeiro semestre de 2011. Em conjunto, foi adotada uma política fiscal contracionista, com um superávit primário de 3,1% do PIB e políticas de restrição de crédito, em especial com relação aos parcelamentos do cartão de crédito (MESQUITA, 2014), com impacto direto sobre o consumo. Tais medidas se evidenciavam, inicialmente, como respostas às incertezas em relação ao comportamento da economia mundial e seus reflexos sobre a liquidez do sistema financeiro e em especial, sobre a inflação.

A grande virada da política monetária em agosto de 2011, com uma diminuição inesperada da taxa de juros, demonstrava, na verdade, um certo traço de ineditismo na política econômica do novo governo. O objetivo era um redirecionamento do modelo anterior, cujo o foco era o consumo e o aumento da intervenção do governo por meios de gastos diretos com investimentos e transferências de renda, para um modelo cujo o foco seria a retomada da indústria com foco na diversificação da nossa pauta exportadora, a exemplo do modelo de crescimento asiático, alinhado à uma massiva política de incentivos aos investimentos privados, via concessão de subsídios e desonerações tributárias.

Para tal objetivo ser alcançado duas condições eram necessárias, conforme bem destaca Carvalho (2018). A primeira, era a necessidade de um câmbio menos apreciado, que garantisse a competitividade da indústria nacional, especialmente, em meio a um maior acirramento do comércio internacional após 2010. Outra condição necessária era a redução da taxa de juros da economia, a fim de induzir os investimentos industriais e perpetuar em parte o modelo de dinamismo doméstico, agora alinhado com uma oferta agregada mais sofisticada, que resultaria em aumento de empregos mais qualificados e com maiores remunerações, rompendo assim com os gargalos do modelo anterior.

Ao observar o comportamento da economia, fica claro que tais objetivos estiveram longe de serem alcançados. O que se observa, a partir 2011, é um arrefecimento do dinamismo econômico, que se deu por alguns motivos. Por um lado, como diria Garrincha,

“faltou combinar com os Russos”, ou seja, faltou combinar com o cenário externo. Biancarelli, Rosa e Vergnhanini (2017, p.6), classificaram o período do primeiro governo Dilma como “*pós-bonanza*”, um período, que nas palavras dos autores apresentou:

“... ampla liquidez global e influxos de capitais para os emergentes; ainda altos patamares de preços de commodities – acrescidos de alguns elementos instabilizadores: muito maior instabilidade financeira e ameaças de crises; dinamismo menor e concorrência mais acirrada no comércio internacional. ”

Assim, dado a babel monetária em que as economias mundiais se encontravam, em especial com o processo de afrouxamento quantitativo e o protagonismo da política monetária no enfrentamento a crise mundial (BOLLE, 2016), grande parte dos fluxos financeiros especulativos, dada a retomada dos preços de *commodities*, afluíram para esse ativo com reserva de valor, enxurrando o mercado brasileiro de capital especulativo e apreciando nosso câmbio. Termos como “Guerra cambial”, passaram a justificar as políticas comumente chamadas de “macroprudenciais” – a introdução de IOF’s sobre operações financeiras e o aumento do compulsório, foram algumas dessas políticas – que visavam controlar de forma mais eficiente esse processo de valorização excessiva a fim de não prejudicar o projeto industrial. Ao mesmo tempo, a guinada para exportações, do modelo de crescimento brasileiro não foi uma boa opção (CARVALHO, 2018), diante do maior acirramento da competitividade do comércio internacional, em especial pela queda dos preços de *commodities* a partir de 2014.

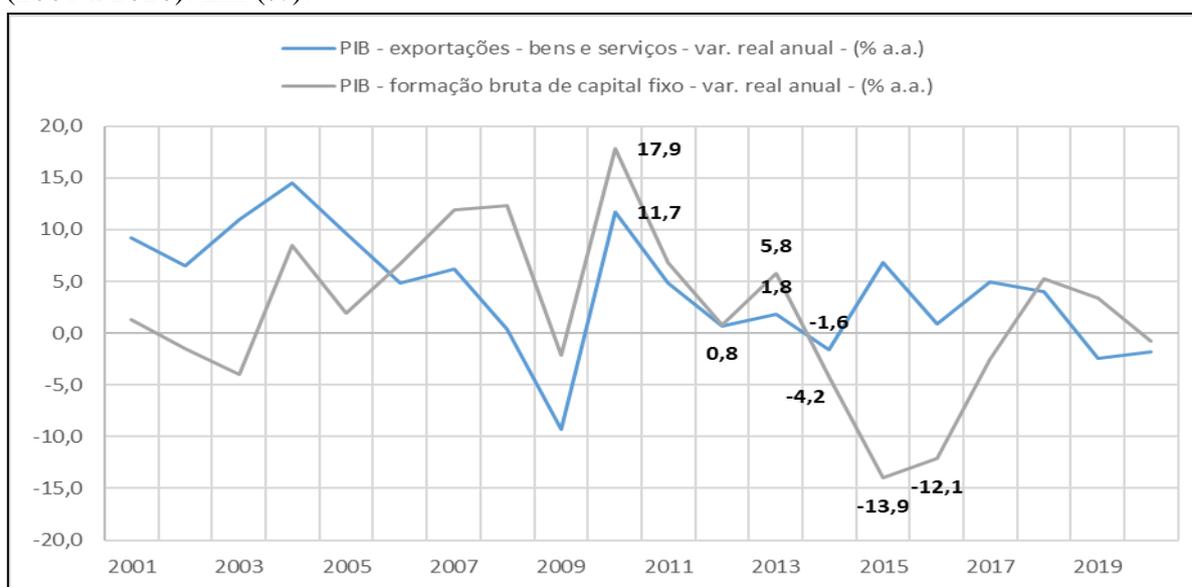
Apesar dos problemas inegáveis do ponto de vista externo, é no aspecto doméstico que se evidenciam os maiores erros da política econômica do governo Dilma (SERRANO; SUMMA, 2015). A introdução desse novo modelo, geralmente referido como “Nova Matriz Macroeconômica”, ou seja, a combinação de uma taxa de câmbio competitiva, juros baixos e consolidação fiscal, prometia uma retomada do crescimento pelo lado da oferta, em especial, como já referido, dos investimentos e das exportações, entretanto fracassou em ambos (Gráfico 3).

2.2.2 O Desempenho do Mercado Interno: 2011 a 2014

Um dos pontos fundamentais do novo modelo de crescimento era a redução da taxa de juros a fim de induzir os investimentos. Esse processo se iniciou em agosto de 2011 e perdurou até maio de 2013, com a Selic saindo de 11,25% para 7,25%. Alinhado a esse processo, o uso de bancos públicos passou a ser mais frequente, em especial, a fim de reduzir

os spreads bancários, sempre altos no país. O ponto da equipe econômica era que a maturidade da nossa economia, adquirida ao longo de uma década de crescimento expressivo, dava-nos condições de conviver com juros baixos e inflação controlada. Isso seria possível via uma política fiscal mais tímida, com recorrentes superávits primários e controle sustentável da dívida pública.

Gráfico 3 – Variação real anual das exportações e da formação bruta de capital fixo – Brasil (2001 a 2020). Em (%).



Fonte: IpeaData (2021).

Esse novo modelo, entretanto, apresentou enormes problemas no que tange à dinâmica da demanda doméstica. Um primeiro ponto, levantado por Serrano e Summa (2015), foi o forte impacto da política monetária até agosto de 2011, ou seja, o aumento dos juros. Isso causou um certo arrefecimento do consumo, em especial por causa do aumento do endividamento das famílias, que perdurou mesmo com a queda dos juros subsequentes e acabou por piorar com a retomada do aumento dos juros em 2013. A média de crescimento do consumo que foi de 5,2% entre 2007 e 2010, caiu para 3,1 % entre 2011 e 2014. Além disso, no âmbito da política social, em especial, nas transferências de renda, esta ficou restrita em grande parte as transferências previdenciárias e assistenciais (GENTIL; HERMANN, 2017), com baixos avanços de serviços públicos universais, como saúde e educação.

Um ponto fundamental foi a nova política industrial brasileira. No período anterior, a despeito da queda de participação da indústria, os investimentos cresceram sobremaneira, em particular, com forte presença do setor público. O atual diagnóstico era da necessidade de recuperação da estrutura produtiva, entretanto, os meios usados foram

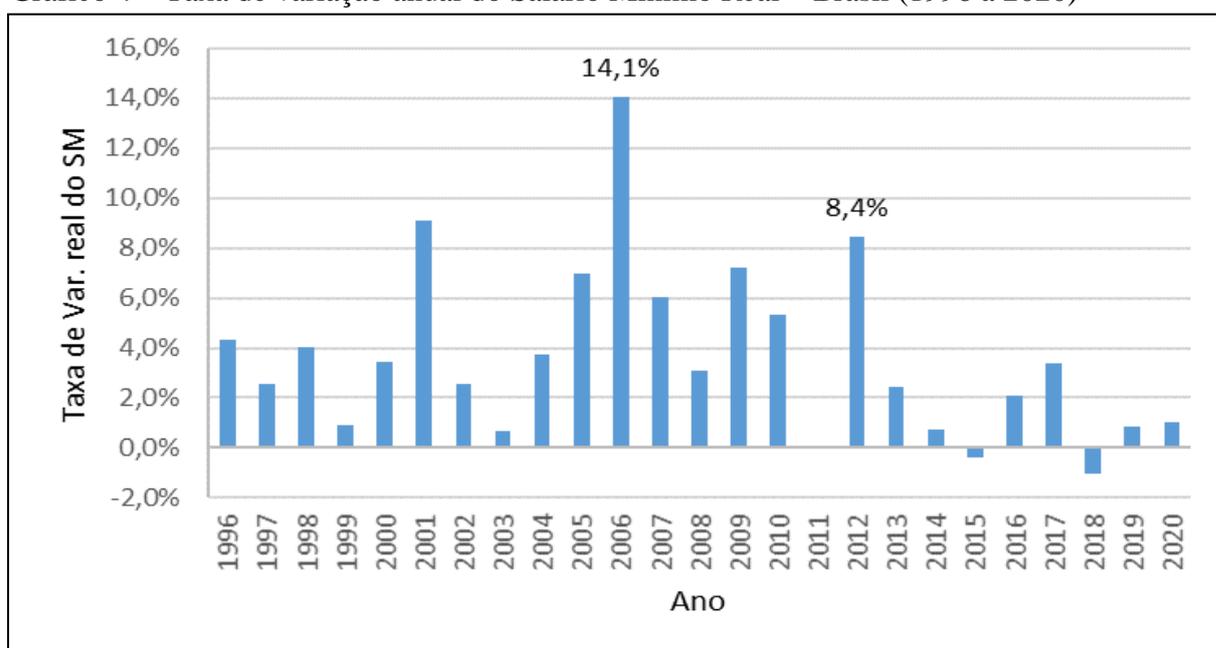
ineficazes. Optou-se por uma política de incentivos à retomada dos investimentos pela via da iniciativa privada, por meio de crédito barato, desonerações e isenções fiscais. A ideia era desenvolver um modelo de crescimento liderado pelos lucros, no qual os pressupostos são de que o aumento de lucro das empresas influenciaria diretamente na decisão de investimentos. Isso resultou em políticas, em particular a fiscal, contraditória, uma vez que ao mesmo tempo em que se propunha uma contenção fiscal, a fim de controlar as expectativas inflacionárias, a diminuição das receitas pela queda de arrecadação se fazia notória e impactava diretamente os resultados do setor público. A política de crédito via BNDES foi outro instrumento fortemente usado a fim de incentivar os investimentos. Na prática, entretanto, a despeito do intenso debate sobre esse tema, os resultados ficaram aquém do esperado e seu ônus recaiu sobre a dívida pública, no que muitos denominam de política de incentivo aos “campeões nacionais”. O fato é que as medidas implantadas não lograram os resultados esperados e os investimentos não foram retomados na proporção necessária para retomada forte do crescimento, a despeito do aumento da lucratividade das empresas. Ou seja, em grande parte essas políticas permitiram lucros maiores sem respectivos aumentos no nível de investimento privado. Como bem destaca Serrano e Summa (2018), as políticas de incentivo aos investimentos, seja por meio das desonerações ou crédito barato, não são por si só suficientes, necessitando estarem aliadas com as perspectivas demanda. Na essência da lógica Keynesiana, o investimento não será determinado apenas pelas taxas de juros, sendo diretamente afetado pelo “Espírito Animal” dos capitalistas.

O controle sobre a inflação foi outro ponto bastante polêmico nesse período. Com a queda da taxa de juros, em concomitância com um mercado de trabalho aquecido, as pressões sobre os níveis de preços ficaram evidentes. O governo acabou optando por uma política de intervenção nos preços administrados, especialmente energia e combustíveis, com uso inclusive de empresas públicas, como foi o caso da Petrobras, causando efeitos diretos sobre seus balanços. O fato é que apesar da estabilidade artificial da inflação, isso gerou enormes custos aos cofres públicos e acabou por ser uma péssima política, uma vez que a explosão inflacionária em 2015 foi em grande medida resultado do descongelamento desses preços.

Um comportamento destoante nesse período foi o do mercado de trabalho, que continuou a apresentar quedas nas taxas de desemprego até o final de 2014 (Gráfico 9). Novamente o protagonismo ficou a cargo do setor de serviços e comércio, conforme se constata ao olhar os dados da CAGED entre 2011 e 2014 (Gráfico 17). Chama atenção a continuação do processo de queda de participação dos empregos industriais, confirmando o

fracasso na política industrial desse período, ao mesmo tempo perdurava o fenômeno denominado na literatura “inflação de serviços” (CARVALHO, 2018), a saber que, o grande dinamismo na base do mercado de trabalho, acaba gerando uma maior demanda por produtos desses mesmos segmentos, cuja a baixa produtividade e a baixa competitividade externa, acaba gerando pressões sobre os preços. Observa-se que a despeito do crescimento, o estoque de emprego formal, captado pela RAIS cresceu mais lentamente nesse período, apontando para problemas relacionados a estrutura do mercado de trabalho, em especial à baixa qualificação da mão de obra. Observa-se também a formalização, a partir de 2012, da política de reajuste do salário mínimo, que cresceu 8,4% naquele ano (Gráfico 4), mas teve seu impacto minimizado pelas menores taxas de crescimento da economia. Uma discussão interessante levantada por alguns autores, é até em que ponto essa política salarial acirrou o conflito distributivo, afetando as decisões de investimentos dos capitalistas e suas pressões políticas para uma reversão brusca da política econômica, que ocorre de fato em 2015 (SERRANO; SUMMA, 2018).

Gráfico 4 – Taxa de variação anual do Salário Mínimo Real – Brasil (1996 a 2020)



Fonte: IpeaData 2021)

2.2.3 O terrível biênio: 2015 a 2016

Segundo os dados do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da FGV/Ibre, a crise econômica iniciada ainda em 2014, com duas quedas consecutivas do PIB em 2015 e 2016, classifica esse período como o pior biênio de crescimento econômico nos últimos 120

anos (BALASSIANO, 2020). Existe um amplo debate em torno das causas da forte recessão que atingiu a economia, geralmente centrada em dois fatores principais: os determinantes domésticos, geralmente atribuídos à má gestão da política econômica, ou seja, a Nova Matriz Macroeconômica e os determinantes externos, em especial o fim do ciclo de *commodities* e a recuperação econômica das demais economias e seus efeitos sobre a depreciação cambial. Tudo isso se deu dentro um contexto político conturbado, que se inicia com denúncias de corrupção em estatais, como foi o caso da Petrobras, se proliferando para o âmbito da política com o processo de *impeachment* contra a presidenta.

Após o conturbado processo eleitoral de 2014, Dilma é reeleita com 51,6% dos votos no segundo turno. Do ponto de vista da economia, via-se claramente o fracasso das políticas de estímulo ao investimento privado ao mesmo tempo que se observava uma deterioração das contas públicas, com o primeiro resultado primário negativo em 2014 desde 1997. Do ponto de vista externo, a queda da taxa de crescimento da economia chinesa teve forte efeito sobre os preços das exportações, em especial as *commodities*. Ao mesmo tempo, com a recuperação mais rápida da economia norte americana, a política monetária começou um processo de retomada da normalidade, com o fim do tsunami monetário, tendo efeito direto sobre o câmbio, que passou a sofrer uma forte depreciação, caracterizando esse período externo como “dupla tempestade” (BIANCARELLI; ROSA; VERGNHANINI, 2017). É dentro desse contexto que ocorre uma forte inversão da política econômica a partir de 2015, com a entrada de Joaquim Levy na fazenda, representante máximo do estelionato eleitoral (CARVALHO, 2018) do segundo governo Dilma, objetivando apaziguar as pressões políticas de diversas frentes. Como bem destacam Rossi e Mello (2017), o modelo econômico passa de uma busca de crescimento via industrialismo (2011-14) para o crescimento via austeridade. A lógica era simples, era preciso um forte ajuste do ponto de vista fiscal a fim de equilibrar o orçamento público e garantir sustentabilidade de nossa dívida e conseqüentemente maior confiança dos agentes, que a partir disso seriam induzidos a investirem, ou seja, a tese da “contração fiscal expansionista”. Teve-se assim, forte contenção de gastos públicos, especialmente com investimentos e gastos sociais, fim das políticas de subsídios e desonerações e aumento de impostos, especialmente os indiretos. Ao mesmo tempo houve um descongelamento dos preços administrados que teve efeito direto sobre a inflação, que já vinha crescendo e alcançou dois dígitos em 2015, dentro de um contexto de forte depreciação cambial. Com isso se intensificou ainda mais o processo de contração monetária iniciada em 2013, com a Selic chegando 14,25 % em 2015.

Os efeitos de tais medidas foram severos. O investimento foi a variável mais afetada com queda acima de dois dígitos (Gráfico 3), em especial pela baixa expectativa dos agentes econômicos quanto ao crescimento da demanda agregada, refletindo, do ponto de vista keynesiano, o fracasso das políticas de contenção fiscal em gerar boas “convenções”, ou seja, como os agentes se comportam em meio a incerteza, falhando, portanto, em seu objetivo principal (RESENDE; TERRA, 2020). A queda do investimento também esteve associada à deflagração da operação Lava-jato, que buscava apurar escândalos de corrupção envolvendo entes públicos e privados. Dois setores em especial, foram duramente afetados, o setor de construção civil, com o envolvimento de grandes construtoras e o setor de petróleo e gás, com a Petrobras no palco das investigações. As estimativas são de que os efeitos da operação contribuíram com 2 e 2,5% da retração do PIB em 2015 e 2016, respectivamente (VALOR ECONÔMICO, 2019). Ao mesmo tempo, a forte queda do produto trouxe impacto sobre a arrecadação, que associada ao aumento das despesas com o serviço da dívida e dos recorrentes swaps cambiais, a fim de estabilizar o câmbio, acabaram por geral uma situação fiscal no final muito pior, com consecutivos resultados primários negativos. É dentro dessa panaceia fiscal, que surgem as denúncias de *impeachment* da então presidenta, que acabou por ser, a despeito dos erros/crimes cometidos, muito mais influenciados por aspectos políticos – oportunismo de determinados grupos – do que por defesa as leis de responsabilidade fiscal.

Nessa profunda desorganização da política econômica, o mercado de trabalho, até então marcado pela queda do desemprego, diminuição da informalidade e aumento da inclusão social, passa a sofrer uma inversão brusca, com o desemprego já batendo dois dígitos no primeiro trimestre de 2016, com forte impacto sobre os setores formais da economia, em especial sobre o setor de serviço e construção civil, que vinham sendo o motor de dinamismo do mercado de trabalho. Com o aumento da inflação os ganhos salariais ficaram prejudicados, em especial o salário mínimo, impactando no dinamismo do consumo e no aumento do endividamento. Os efeitos da recessão sobre o setor formal, alinhada com uma política de amparo ao trabalhador menos assistencial, em especial com mudanças nos critérios de acesso ao seguro desemprego e abono salarial, que se tornaram mais rígidos, impactou diretamente no redirecionamento da força de trabalho para a informalidade, particularmente após 2016, no falso processo de recuperação do emprego no País.

2.3 Os novos governos e as velhas políticas: Temer/Bolsonaro

2.3.1 A economia no período Temer

O então vice-presidente, Michel Temer, assume a direção do país, provisoriamente, ainda em maio de 2016, dentro do contexto já exposto anteriormente, ou seja, degradação fiscal, queda da demanda agregada, crise nos investimentos, juros altos, inflação elevada, câmbio desvalorizado, desemprego com recorde histórico e profunda crise institucional. Para o enfrentamento a tais problemas, uma nova equipe econômica é apresentada, com Henrique Meireles na Fazenda e Ilan Goldfajn a frente do Banco Central, os dois formavam assim o que ficou conhecido com *dream team* da economia (CARVALHO, 2018).

Os desafios eram muitos, em especial, o controle das contas públicas e da inflação, alinhado à retomada do crescimento. Entretanto, a estratégia escolhida acabou por colocar a economia no processo de estagnação do crescimento que perdura até hoje. Observou-se assim uma intensificação das políticas do segundo governo Dilma, ou seja, a continuação de uma forte contração fiscal, dessa vez atrelada a Constituição, por meio da aprovação da PEC do “teto de gastos”, que limitava o aumento das despesas públicas por 20 anos, sob o prisma de que isso elevaria os índices de confianças dos agentes e os investimentos privados destravariam o crescimento. Ao mesmo tempo, as políticas de estímulo à demanda continuaram tendo um papel tímido na agenda econômica do governo.

Esse novo regime fiscal, tipicamente tupiniquim, como bem destaca Carvalho (2018), acabou por gerar uma incongruência entre receitas e despesas, uma vez que essa última passava a ser reajustada apenas pela inflação, independente do comportamento da arrecadação. Isso se revelaria, como tem se revelado de fato, num processo cada vez maior de arrefecimento dos gastos sociais, um contrassenso ao período 2004-2010, onde os avanços das políticas sociais acabaram se traduzindo em queda das desigualdades e aumento da inclusão socioeconômica das classes mais vulnerável, impactando diretamente no dinamismo da economia.

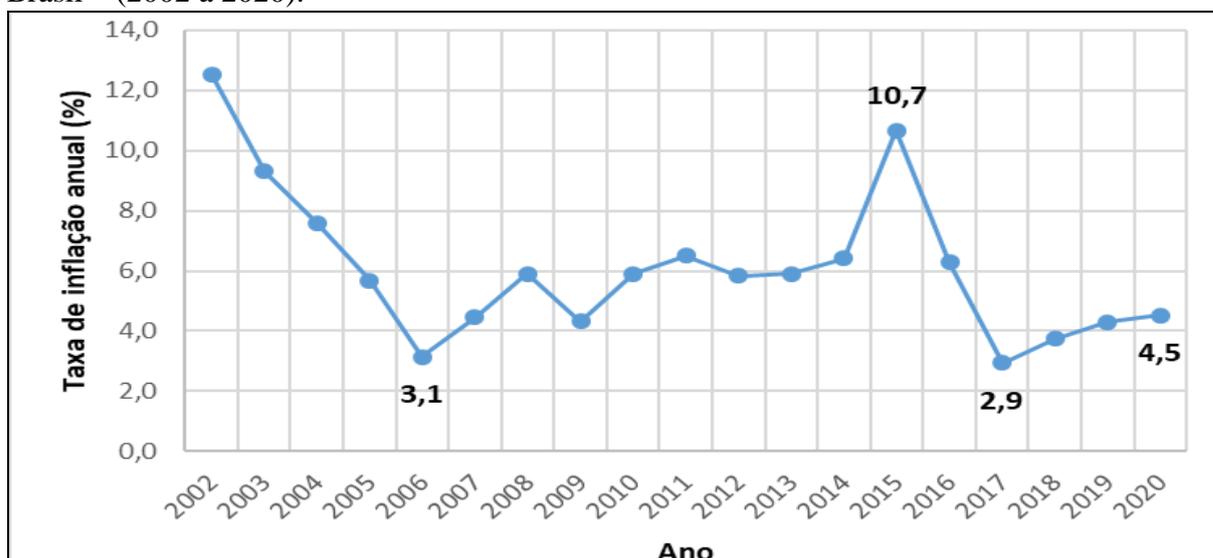
Do ponto de vista monetário, os juros foram mantidos em patamares elevados, por mais tempo que o necessário, sob a justificativa do perigo inflacionário, vindo a cair mais fortemente somente a partir de 2017. De fato, a inflação só começa a cair no final de 2016, o que em tese explicaria a manutenção dos juros, entretanto, as causas da inflação naquele período não tinham relação com a demanda, em especial, a inflação de 2016 foi causada em

grande parte pelos efeitos do repasse cambial, reajustes dos preços administrados e pelo componente inercial (CARVALHO, 2018), não se justificando assim o excesso de cautela do Banco Central. Ao mesmo tempo, a manutenção dos juros em níveis elevados por mais tempo que o necessário, acabou impactando a demanda agregada, em especial, o consumo e o investimento, devido ao crescimento do endividamento tanto das famílias como das empresas. Soma-se a tudo isso, uma política de crédito enxuta, no que tange à participação de bancos públicos, a exemplo do BNDES, palco de muito debate, o que acabou por afetar as decisões de investimentos, dado o custo elevado do crédito privado. Perpetuou-se assim, o processo de desindustrialização precoce, com a participação cada vez menor da indústria, que se traduzia em queda na taxa de investimento, menor produtividade e no número de empregos qualificados.

Alinhada à má condução da política econômica, as reformas eram tidas como a salvação para economia acabada, o discurso era de que os governos anteriores, em especial o de Dilma, eram os grandes responsáveis pela recessão e que eram necessárias medidas de choques para a retomada econômica. É dentro desse contexto, que a reforma trabalhista é vendida como a salvação do mercado de trabalho brasileiro (KREIN; OLIVEIRA; FILGUEIRAS, 2019), que vinha em uma profunda tendência de arrefecimento, com o desemprego recorde, crescimento das taxas de subutilização e do desalento. A reforma surge assim, como um reflexo da retomada das políticas liberalizantes da década de 90, alinhada em grande medida pela tendência mundial de financeirização da economia e controle do capital financeiro sobre a economia real. A linha mestra da reforma foi a introdução de novas modalidades de trabalho cuja a característica principal era a flexibilização, tanto no que se refere ao tempo como a remuneração. As novas modalidades, em especial o trabalho intermitente e a o trabalho parcial, agravaram ainda mais as condições de trabalho, contribuindo para uma maior precarização e perda de qualidade dos postos de trabalho (TROVÃO; ARAÚJO, 2020), se caracterizando como postos de trabalho de baixa qualificação, baixa remuneração – muitas inferiores a 1 salário mínimo – e com maior grau de rotatividade. Outra modalidade de trabalho fortemente incentivada nesse contexto foi a terceirização, que respondeu por quase 50% de todas as vagas criadas registradas pelo CAGED, de dezembro de 2017 a junho de 2019 (KREIN; OLIVEIRA, 2019). Essa modalidade é marcada em especial, pela execução de atividades de baixo valor agregado, com remunerações abaixo dos vínculos normais e com indicadores de qualidade do trabalho bem inferiores (PELATIERI *et al.*, 2018).

Dessa forma, engendrou-se, a partir do governo Temer, uma retomada do mercado de trabalho por meio da penalização do trabalhador, tornando o trabalho cada vez mais individualizado, segregando os trabalhadores de seus representantes sindicais, com o enfraquecimento desses últimos. Os resultados, como era de se esperar, foram pífios. A reforma trabalhista, a despeito do crescimento dessas novas modalidades, pouco agregou em termos de vagas de trabalhos criadas, representando apenas 0,5% do estoque de empregos celetista em dezembro de 2019 (TROVÃO; ARAÚJO, 2020). O que se viu de fato foi uma fraca recuperação do mercado de trabalho, que continuou com uma taxa de desemprego acima de 2 dígitos e com o crescimento no número de trabalhos informais/ilegal, uma vez que as novas modalidades não foram vistas como uma boa “opção” para os contratantes, haja vista que as venerabilidades fiscalizatórias da justiça do trabalho, ainda mais enfraquecida pela reforma, não geram incentivos a formalização, nem mesmo em meio a maior flexibilidade das novas modalidades.

Gráfico 5 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado ao ano – Brasil – (2002 a 2020).



Fonte: IpeaData (2021).

De fato, em 2017 o PIB trimestral brasileiro interrompe o ciclo de 11 resultados negativos, dando fim técnico à recessão. Entretanto o processo que se intensificou foi o de estagnação (OREIRO, PAULA, 2019). Boa parte do pobre crescimento econômico entre 2017 e 2018 – em torno de 1% - deve-se a efeitos pontuais, como o crescimento das exportações, impactadas pelo câmbio favorecido, em especial de produtos primários, acentuando ainda mais o processo de reprimarização da nossa pauta exportadora. Além disso, a liberação de

saques do FGTS de contas ativas e inativas em 2017 gerou bom efeitos sobre o consumo, dinamizando assim o investimento, que cresceu mais de 5% em 2018. O efeito dos juros também foi importante nesse sentido. A queda dos juros se deu, em especial, pelo distanciamento do risco inflacionário (Gráfico 5), haja vista o fraco dinamismo do mercado de trabalho e da demanda agregada. Assim, no que pese, uma administração monetária mais eficiente, a ausência de políticas de maior participação do Estado na economia, colocou o Brasil no processo de crescimento estagnado, aumento das desigualdades e polarização política, permitindo emergir uma ala política de extrema-direita, que intensificou ainda mais a implantação dessa ortodoxia-liberal de cunho privatizante (CARVALHO, 2020).

2.3.2 A economia no primeiro ano do governo Bolsonaro

Jair Bolsonaro é eleito em 2018 com 57 milhões de votos, derrotando o candidato petista Fernando Haddad, na eleição que ficou marcada pela grande polarização da política brasileira. O discurso vencedor era de que o Brasil havia sido palco de um dos maiores escândalos de corrupção do mundo, com participação ativa de empresas e entes públicos, revelando assim a ineficácia do Estado intervencionista na economia. Não é de surpreender, portanto, que Bolsonaro escolhesse para liderar seu plano econômico, um representante ferrenho do pensamento liberal, podendo ser classificado até mesmo de ultraliberal, Paulo Guedes, um genuíno expoente da escola de Chicago. Durante toda a campanha as promessas do “Posto Ipiranga” - termo cunhado por Bolsonaro para designar Guedes – eram exatamente na direção de diminuir o tamanho do Estado brasileiro por meio de uma política de privatizações de empresas públicas e vendas de imóveis, cortes de gastos e reformas estruturais, especialmente a previdenciária, tributária e administrativa (COUTO, 2020). Perpetuava-se assim, a mesma política macroeconômica do governo Temer, com um certo grau de intensidade, que parece ser costumeiro à economia brasileira, exemplificando bem a definição de insanidade de Einstein – continuar a fazer a mesma coisa e esperar resultados diferentes. De fato, o desempenho da economia em 2019 não apresentou nada de novo e as promessas da equipe econômica em sua maior parte não chegaram nem perto de serem cumpridas (UOL, 2020).

A condução da política econômica foi novamente direcionada por uma menor intervenção do Estado na economia, apostava-se novamente na retomada pelo setor privado, levando inclusive a criação de termos estranhos como “PIB público” e “PIB Privado”, em tentativa para justificar o fraco crescimento do PIB – 1,4%. Esse resultado foi explicado em parte por alguns aspectos conjunturais, em especial a crise argentina e a guerra comercial

entre EUA e China que impactou diretamente no desempenho das exportações que caíram 2,4% em relação a 2018. Só o chamado “efeito Argentina”, segundo estimativas do Ibre-FGV, tiraram do PIB de 2019 0,55 ponto percentual. Ao mesmo tempo, a boa condução da política monetária, com a Selic fechando o ano a 4,5% e a inflação medida pelo IPCA em 4,3%, não foram suficientes para incentivar o investimento, que avançou apenas 3%, na ausência de políticas de estímulo à demanda agregada, especialmente por parte do setor público, limitado pelas amarras do teto de gastos, que sufocou as despesas discricionárias do governo, especialmente o investimento (DWECK, 2020). Concomitantemente, os efeitos da crise econômica iniciada em 2014 se manifestavam no aumento da pobreza no país, gerando pressão sobre benefícios sociais como é o caso do bolsa família. Nesse contexto de forte contenção fiscal, 2019 foi marcado pelas filas de acesso a esse programa, com mais de 1 milhão de pessoas na espera pelo benefício (NEXO, 2020).

No âmbito do mercado de trabalho, houve ligeira redução da taxa de desemprego, que atingiu 11% no quarto trimestre do ano, o que representava mais de 12,4 milhões de trabalhadores desocupados. A população fora da força de trabalho ainda permanecia alta, com aproximadamente 65 milhões de pessoas e a informalidade continuava a ser o principal fator de recuperação da população ocupada, refletindo a falsa recuperação do emprego pós crise. Os dados da CAGED, revelou um saldo de mais de 600 mil novas vagas de empregos formais, das quais mais de 80% estavam relacionadas ao setor de serviços e comércio, demonstrando assim a continuação do processo de desindustrialização, com o fracasso da retomada do emprego industrial. Atrelado a esse fraco desempenho do emprego, foi aprovada ainda em 2019 a reforma tida como mais importante para o governo, a previdenciária. A sustentabilidade do teto de gastos e o combate aos privilégios, especialmente no setor público, foram usados como os principais argumentos do governo na defesa da reforma. Com a aprovação, ocorreram mudanças nas alíquotas de contribuição, na idade mínima e no tempo de contribuição, afetando diretamente os trabalhadores com remuneração mediana, tanto públicos com privados, ao mesmo tempo em que ficaram de fora de regras mais duras os militares, a grande ala de apoio ao presidente.

O reflexo de tais medidas que afetam diretamente a renda disponível, como é caso da previdência, foram evidentes no que se refere à demanda agregada, em particular o consumo, que cresceu apenas 1,6% no ano, puxado em grande medida por uma nova rodada de liberação de recursos do FGTS, com a injeção de 28 bilhões só em 2019, que num cenário de endividamento menor, em comparação com 2017, acabou por gerar um efeito mais forte e foi a principal causa para o PIB acima de 1% (ESTADÃO, 2019).

Dessa forma, primeiro ano de governo Bolsonaro demonstrou, mais uma vez, o fracasso da ideologia econômica de Estado mínimo e deixou nossa economia ainda mais frágil para o choque exógeno que atingiu todas as economias do mundo no início de 2020, o novo coronavírus. O contexto que se impôs a partir daí, a despeito dos muitos embates, exigiu do governo, mesma à revelia e em sua maior parte, sobre a liderança do poder legislativo, um novo posicionamento quanto ao papel da política fiscal, em consonância com o resto do mundo, que nos permitiu arrefecer até certo ponto, os efeitos nefastos da pandemia no âmbito econômico.

2.4 Uma crise sem precedentes: A pandemia do novo coronavírus e seus efeitos econômicos

O ano de 2020 revelou-se como inédito a partir da eclosão, ainda em 2019, de casos de infecção relacionado ao novo coronavírus na China. Tratava-se de uma variante da Síndrome Respiratória Aguda (SARS) que já havia atingido o continente asiático no início da década 2000, entretanto com alguns agravantes. O Sars-CoV-2, como foi classificado, se apresentou com um fator de reprodução bem maior, ou seja, a capacidade de um indivíduo contaminado transmitir o vírus era maior que os demais vírus (BOLLE, 2020). Outro fator importante é que a despeito de ser um patógeno causador de disfunções respiratórias, o novo vírus causava em conjunto diversos outros problemas, como complicações cardíacas, renais e nervosas (VEJA SAÚDE, 2021), sendo mais intenso em pacientes com comorbidades preexistentes. Além disso, diferentemente das pandemias anteriores, a atual se desenvolveu dentro de mundo muito mais integrado pela globalização e as redes do comércio internacional, conforme destaca Carvalho (2020), caracterizando assim um cenário mundial sem precedentes na história do mundo.

O vírus se propagou inicialmente na província de Wuhan, na China, no final de 2019, se espalhando rapidamente para os demais continentes do mundo. No Brasil, o primeiro caso confirmado ocorreu no final de fevereiro e já na metade do mês de março, com o avanço rápido da propagação do vírus, a primeira morte foi confirmada no país. No âmbito internacional, o vírus avançava rapidamente, o que levou a Organização Mundial da Saúde a declarar situação de pandemia do coronavírus, em março.

Dentro desse contexto, a pandemia se revelou como um profundo choque na economia mundial, tanto do lado oferta como na demanda, haja vista que as únicas medidas de combate a proliferação do vírus requeriam a paralisia da economia, com a implantação de

um rigoroso distanciamento social. Por ser uma crise exógena à economia, o cenário requeria resposta para além da política econômica tradicional, se destacando o papel da economia normativa (BOLLE, 2020). No Brasil, a crise chegou em um momento de estagnação econômica, proliferação de uma política de Estado mínimo e crescimento da desigualdade social. Aliado a tudo isso, propagou-se a partir do executivo a vertente de que essa crise seria de curto prazo, uma “gripezinha” passageira, refletindo uma completa ingerência diante da maior crise de saúde pública do mundo. Com o aumento significativo no número de casos e óbitos, na ausência de uma política de testagem eficiente e diante de um sistema público de saúde já bastante debilitado, o país se viu obrigado, assim como o resto do mundo, a parar suas atividades econômicas a fim de frear a rápida contaminação. As características da Sars-CoV-2, em especial, a alta taxa de internação dos contaminados, algo em torno de 20 a 25% (BOLLE, 2020), acaba por gerar uma superlotação das unidades de saúde, causando assim mais óbitos. A estratégia principal no combate à uma pandemia como essa é o achatamento da curva de contaminação, ou seja, por meio das políticas de isolamento social, inibir que o pico de casos seja alto num curto espaço de tempo. Começou assim, um debate sem sentido no Brasil: Economia X Saúde, principalmente, devido ao negacionismo do governo federal, que levou os Estados da federação ao protagonismo nas medidas de combate a vírus.

Tabela 3 – PIB trimestral pela ótica de demanda - Brasil

Discriminação	Trimestres			
	T1	T2	T3	T4
PIB – Brasil	-0,3	-10,9	-3,9	-1,1
Consumo das famílias	-0,7	-12,2	-6,0	-3,0
Consumo do governo	-0,8	-8,5	-5,3	-4,1
Investimentos (FBCF)	6,0	-13,9	-7,8	13,5
Exportações de bens e serv.	-2,4	0,7	-1,1	-4,3
Importações de bens e serv.	5,2	-14,6	-25,0	-3,1

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da IPEADATA (2021).

A economia de fato foi muito atingida. O PIB do primeiro trimestre (Tabela 3) já revelou um certo efeitos das medidas restritivas, como o fechamento de estabelecimentos não essenciais e as restrições de circulação de pessoas, que colapsou a demanda agregada, em especial, o consumo. Mas foi a partir de abril que os efeitos foram mais severos, com o colapso do sistema de saúde, os *lockdowns* se proliferaram por todo o país, causando perda de renda para os trabalhadores, queda nas receitas das empresas e incerteza generalizada na economia. Nesse sentido, se faz necessário uma intervenção rápida e cirúrgica em pelo menos

três frentes principais: Saúde, gasto social e sustentação da economia (KROTH, 2020). A primeira é basicamente o aumento de recursos disponíveis para o combate direto a pandemia, como aquisição de respiradores, EPI's, aumento no número de leitos, transferência de recursos para estados e municípios e aperfeiçoamento de instituições de pesquisas na área de saúde, ou seja, a necessidade de Estado provedor (CARVALHO, 2020). É importante destacar que essas necessidades se deram no âmbito de um governo ultraliberal, como salientado anteriormente, cujo o foco era o estrangulamento dos gastos públicos, especialmente com a permanência do teto de gastos. Todavia, as pressões políticas e sociais frente a guerra contra a covid exigiram do governo um abandono completo dessa agenda, mesmo que à revelia. Os gastos com saúde fecharam o ano em 160 bilhões, dos quais mais 40 bilhões foram fruto de recursos extraordinários direcionados a combate da covid-19, com a aprovação do orçamento de guerra.

No âmbito da política social, o vírus exigiu do governo ações antagônicas aos anos anteriores, onde vigorou, mesmo diante do aumento das desigualdades e da pobreza, um retrocesso nos gastos sociais. Os efeitos da crise de 2015/2016 ainda estavam presentes na economia, especialmente no fraco desempenho do mercado de trabalho, evidenciado pelo aumento do número de informais. Os chamados “invisíveis”, que já apareciam bastante nos dados de mercado de trabalho, passaram a designar essa força de trabalho informal que com as restrições da pandemia migraram de ocupados para fora da força de trabalho, com esse percentual batendo recorde no terceiro trimestre do ano, quando quase 80 milhões de pessoas se encontravam nessa situação. O debate sobre a implantação de uma renda mínima emergencial passou a ser discutida, com o governo propondo um auxílio de R\$ 200 aos grupos mais vulneráveis, que acabou se transformando, graças à intervenção do congresso e à pressão popular, no auxílio emergencial de R\$ 600, para informais, beneficiários do PBF, microempreendedores e autônomos, podendo chegar R\$ 1.200 para mulheres chefes de família.

No que se refere a formalidade, os efeitos também foram severos, entretanto sendo mais focalizados nas atividades com baixa complexidade e de difícil adaptação as modalidades como o *home-office*. O número de solicitações de seguro desemprego aumentou sobremaneira, batendo recorde nos meses mais intensos da pandemia. A fim de frear as demissões em massa, dois importantes programas foram lançados pelo Governo Federal. O Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído a partir da MP 944//2020, criou, uma linha de crédito de 40 Bilhões para cobrir a folha de pagamento de pequenas e médias empresas, sendo a maior parte dos recursos provenientes de transferências da União para o

BNDES com uma pequena parcela de crédito privado. Até novembro, apenas 8 bilhões havia sido usado, segundo os dados do banco central. Outro programa implantado, foi o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que previa, no caso de suspensão de contrato, associada a uma redução salarial, que o governo complementaria o salário reduzido. Um dos problemas relacionados a esse programa é que a base de complemento seria o valor do seguro desemprego e não o salário em si, representando no caso de um trabalhador que recebia 3 salários mínimos, ou seja, R\$ 3.135, uma perda da renda em 30% (BOLLE, 2020). Tais medidas, mesmo com alguns problemas, serviram até certo ponto, para amenizar os efeitos sobre o mercado formal, que inclusive, apresentou rendimentos médios maiores, haja vista a permanência de empregados com maiores salários.

A economia fechou o ano com uma queda histórica do PIB de 4,1%, um resultado um tanto surpreendente, uma vez que as previsões iniciais relatavam uma queda entre 5 e 6%. Muito disso foi resultado de uma política fiscal ativa, que foi fruto da pressão política e popular por um Estado forte e ativo no combate ao vírus e aos seus efeitos econômicos. O esforço fiscal, possibilitou, por meio de aportes extraordinários um gasto direto com a pandemia na casa dos 500 bilhões, sendo que 300 bilhões foram destinados ao Auxílio emergencial, que se estendeu até dezembro e foi sem dúvida uma das principais medidas econômicas a fim de sustentar a demanda agregada. A política monetária, foi conduzida de tal forma que os juros chegaram a mínima histórica em um cenário livre de inflação, entretanto, dada a baixa expectativa, os investimentos não fluíram, na ausência de uma política industrial ativa por parte do Estado, que exigiam dentre outras coisas, gastos com infraestrutura, um eterno gargalo da economia brasileira, que viabilizaria um crescimento mais contundente no final do ano, alinhado com a reabertura da economia. O governo preferiu o caminho da polarização política e do negacionismo científico, ao invés de se esforçar arduamente pela aquisição de vacinas, que possibilitariam um ano de 2021 bem mais fácil do que está de fato sendo.

2.5 O comportamento da economia cearense

A despeito do relato da conjuntura econômica brasileira exposta anteriormente, na qual a economia cearense se insere, o presente trabalho objetiva ser uma análise do mercado de trabalho no Ceará, fazendo necessário, uma descrição focalizada da conjuntura econômica do estado.

Os anos 2000, especialmente 2003 a 2010, foram anos de profundo crescimento e aperfeiçoamento da economia cearense, que não só acompanhou o crescimento nacional, mas chegou inclusive a ultrapassá-lo, conforme podemos verificar no gráfico 1, ilustrando bem o desenvolvimento econômico inclusivo desse período. Destaca-se um modelo de crescimento muito parecido com o nacional, com foco no mercado interno e cujo o sustentáculo era o setor de serviços (IPECE, 2010), grande dinamizador do mercado de trabalho, que contou ainda com o bom desempenho da indústria, especialmente a de transformação, cujo os segmentos de calçados e têxtil, tiveram grande predominância, com efeito direto na transformação da pauta exportadora do estado (IPECE, 2020). Isso só foi possível dentro de um contexto de fortes investimentos públicos, tanto em nível federal, como estadual, especialmente a partir de 2007. Conforme destacado pelo informe 29 do IPECE em 2012, o governo de Cid Gomes, engajou-se no vultoso programa de investimento, movimentando 4,6 bilhões entre 2007 e 2010, dos quais mais de 77% foram direcionados à infraestrutura, com foco na construção do metrô de Fortaleza, expansão de rodovias e aperfeiçoamento do complexo industrial do Pecém. Além de infraestrutura, o programa abrangeu investimentos na área de saúde e educação, possibilitando, dentro de um contexto onde a política social ganhava notoriedade via governo federal, avanços extraordinários nos indicadores sociais cearense, sendo o estado o décimo dentre os entes federativos que mais reduziram o índice de Gini nesse período e o primeiro do Nordeste (IPECE, 2011).

Os aumentos dos níveis educacionais impactaram diretamente as remunerações dos trabalhadores cearenses (IPECE, 2019), que foram ainda afetadas diretamente pelas políticas de valorização do salário mínimo e expansão do bolsa família, possibilitando um aumento da renda *per capita* dos 10% mais pobres de quase 80% (IPECE, 2013). Destaca-se também o bom desempenho do segmento de construção civil, que foi viabilizado pela expansão do crédito imobiliário e aumento da renda da população, sendo importante fonte de emprego nesse período. Apesar dos avanços no mercado de trabalho, a informalidade ainda era um problema estrutural da economia cearense, com taxa superior a 60% (Tabela 2).

Entre 2010 e 2014, período pós boom e pré-crise, a economia cearense, continuou a apresentar boas taxas de crescimento em comparação com o desempenho nacional, com destaque positivo para construção civil e o setor de serviços, que permaneceram com a dinâmica de crescimento. Do lado negativo, a indústria, particularmente a de transformação, passou a encarar um ambiente externo mais competitivo, o que afetou diretamente seu crescimento. Com a eclosão da crise macroeconomia no final de 2014, a economia do estado também foi duramente afetada, com queda do PIB de 3,5 % em 2015 e de 4,0% em 2016.

Evidenciou-se uma queda de participação da indústria, explicada especialmente pela queda no setor de construção civil e na indústria de transformação. Houve concomitantemente um pequeno aumento do setor de serviços, com destaque especial para o crescimento da administração pública (IPECE, 2021). Do ponto de vista do mercado de trabalho, a crise trouxe efeitos similares aos do âmbito nacional, ou seja, aumento do desemprego (Gráfico 9) e aumento da taxa de subutilização, representando uma forte queda no estoque de emprego formal (Gráfico 12). Houve aumento no grau de informalidade, que já era um problema estrutural do mercado de trabalho cearense, com crescimento da ocupação classificada como “conta própria”, refletindo a fraca retomada da economia nacional a partir de 2017. Os dados do PIB de 2017 e 2018, mostram um desempenho muito próximo ao da economia brasileira como um todo.

Os dados de 2019 e 2020, apesar de não serem oficiais, mas previsões do IPECE, uma vez que o PIB regional não é divulgado anualmente pelo IBGE, mostram também uma trajetória de fraco crescimento. Com a chegada da covid-19, a economia cearense sofreu um abrupto choque, sendo que a estimativa do IPECE é que o PIB do estado encolheu 3,5% em 2020, resultado um pouco melhor que o nacional, refletindo de certa maneira, o papel do governo estadual, na intensa batalha frente ao combate da pandemia. Dada a grande participação do setor de serviços, especialmente o comércio, num contexto de uma economia com altas taxa de informalidade, os efeitos da pandemia no mercado de trabalho foram sem precedentes, com o desemprego batendo recorde em 2020. Nesse sentido o auxílio emergencial foi fundamental, chegando a quase 60% dos domicílios cearense, alinhado com outras políticas sociais do estado, como o vale gás e o auxílio alimentação a alunos da rede pública estadual (CORONAVIRUS CEARÁ, 2021), permitiram o estado passar por um rigoroso isolamento social, que possibilitou um processo de retomada mais rápida da economia após o pico da curva de contágio, apresentando uma tendência de crescimento a partir do terceiro trimestre, evidenciado na retomada, ainda que pequena, do emprego ainda em 2020 (IPECE, 2021).

3 ANÁLISE DOS DADOS RELACIONADOS AO MERCADO DE TRABALHO

A fim de atingir o objetivo principal deste trabalho, que se propõe a estudar as mudanças nos indicadores de trabalho no Ceará nas duas mais recentes crises econômicas, e dada a exposição anterior da conjuntura econômica brasileira e cearense nas últimas duas décadas, estruturou-se este capítulo com os dados mais gerais sobre as condições de trabalho

para o Ceará e para o Brasil. Ainda que o foco seja no período 2015/2016 e o ano da pandemia, 2020, os dados correspondem aos trimestres de 2012 a 2020, para que seja mais notória as diferenças e similaridades. Desse modo, as figuras e quadros a seguir trazem dados sobre a força de trabalho, mercado de trabalho formal e informal, ocupação e rendimentos, buscando relacionar os principais eventos econômicos com o desempenho do mercado de trabalho.

3.1 Metodologia

O presente trabalho utilizou dados de pelo menos quatro bases principais: PNAD Continua/PNAD Covid do IBGE e RAIS/CAGED da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, além disso, alguns dados foram colhidos em bases agregadas como é o caso do Ipeadata e Ipecedata. A maior parte dos dados se concentram entre 2012 e 2020, sendo a periodicidade mensal para dados da CAGED e PNAD Covid, trimestral para dados da PNAD Continua e anual para dados da RAIS. Trata-se de um estudo de ênfase quantitativa-descritiva, onde analisou-se o comportamento do mercado de trabalho no Brasil e no estado do Ceará no decorrer das duas grandes crises econômicas: A recessão de 2015/2016 e a pandemia da covid-19.

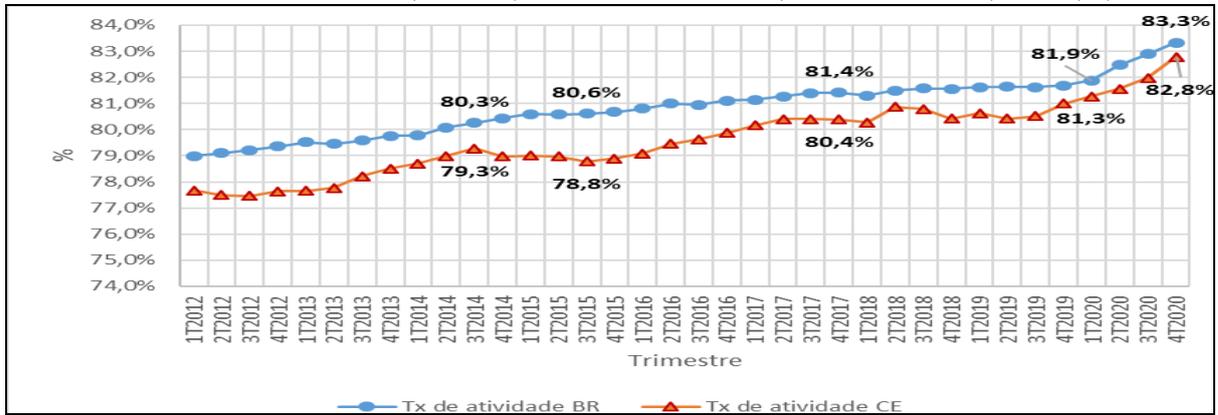
3.2 Comportamento da Força de Trabalho

O comportamento do mercado de trabalho está diretamente ligado a questões demográficas. Uma parte importante do crescimento da economia brasileira, especialmente pós 2004 esteve associada ao fenômeno designado na literatura de “bônus demográfico”, ou seja, a condição em que a população em idade ativa - PIA, cresce mais rapidamente que a população total - PT. Como podemos observar no gráfico 6, esse fenômeno vem ocorrendo no país como um todo e também no Ceará, que vem apresentando uma taxa de atividade cada vez mais próxima da nacional, evidenciando um crescimento no decorrer das duas crises.

Um outro importante indicador relacionado à força de trabalho é a taxa de participação, que mede a relação entre a força de trabalho (ocupados e desocupados) e a PIA. Como é possível observar (Gráfico 7), houve no decorrer da primeira crise um leve aumento da taxa de participação, tanto em nível nacional, que passou de 60.9% no 1T2015 para 61,4% no 1T2017, como no estado do Ceará, que nesse período viu sua taxa aumentar em 1 p.p. A taxa de inatividade, que mede a relação entre População Fora da Força de trabalho – PFT e a

PIA, diminuiu no decorrer da recessão, apesar da economia cearense apresentar uma taxa bem superior à brasileira.

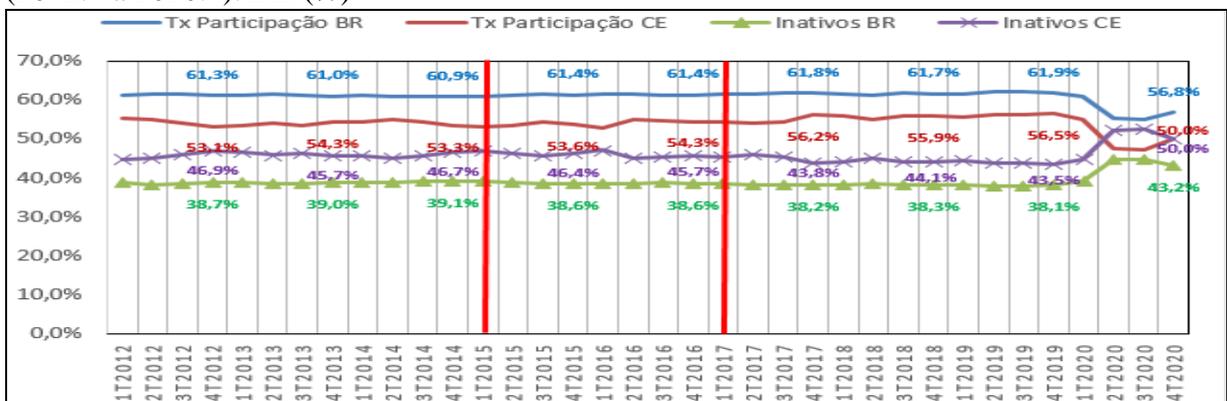
Gráfico 6 – Taxa de Atividade (PIA/PT) – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4). Em (%).



Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2021)

Na crise atual, o movimento foi totalmente oposto, houve um aumento recorde na taxa de inativos. No estado nordestino, essa taxa chegou pela primeira vez, no segundo trimestre de 2020, a ultrapassar a marca de 50%, fechando o ano em trajetória de queda, mas ainda alta. No Brasil, o comportamento foi bem parecido, chegando a apresentar 44,8% de inativos no terceiro trimestre, fechando o ano em trajetória descendente mais bem acima da média pré-2020.

Gráfico 7 – Taxa de participação (FT/PIA) e taxa de inatividade (PFT/PIA) – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4). Em (%)



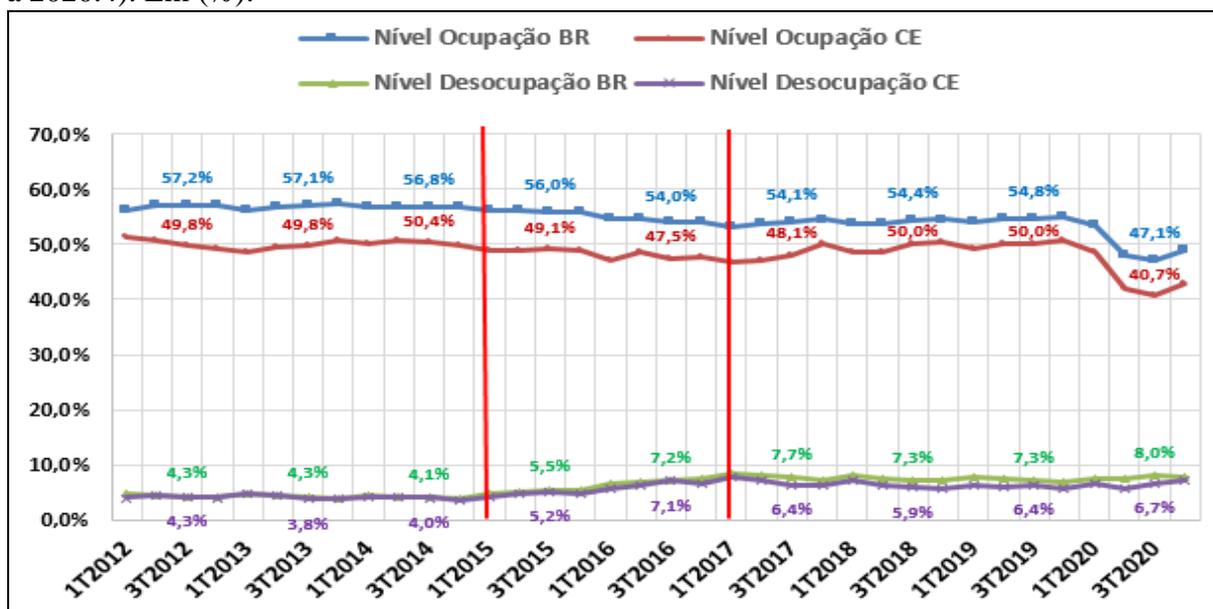
Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2021).

As naturezas distintas das duas crises, sendo a primeira uma crise mais estrutural e a segunda sendo um choque exógeno, parecem explicar esses comportamentos. Dessa forma, na crise passada o aumento da desocupação, tanto em nível como em taxa, parece ser efeito da

transição que ocupados e inativos realizaram para desocupação (IPEA, 2021). Já no período atual, parece ocorrer o contrário, ou seja, o fluxo de inativos e ocupados para o desemprego caiu, devido à baixa expectativa de encontrar emprego num cenário de completo colapso da atividade econômica, causado pela necessidade de implantação de uma política de distanciamento social a fim de frear a transmissão do vírus. Essa parece ser uma realidade mundial. Nos EUA, conforme mostram Gimenez, Pochmann e Rigoletto (2020) a queda na força de trabalho entre dezembro de 2019 e abril de 2020 foi de 5%, enquanto que a população fora da força de trabalho aumentou mais de 8%, com o desemprego batendo recorde.

Esse comportamento fica mais evidente para a economia brasileira e cearense, quando analisamos o comportamento do nível de ocupação (PO/PIA) e desocupação (PD/PIA). Como pode ser visto no gráfico abaixo, entre o 1T2015 e 1T2017, ocorre uma redução na proporção de ocupados com respectivo aumento no nível de desocupação. O período pós 2017, referido anteriormente como falsa recuperação do emprego, evidencia um pequeno aumento da ocupação concomitantemente a um número de desocupados que permaneceu em alta, conforme demonstra os dados sobre desemprego (PD/FT).

Gráfico 8 – Nível de ocupação (PO/PIA) e desocupação (PD/PIA) – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4). Em (%).

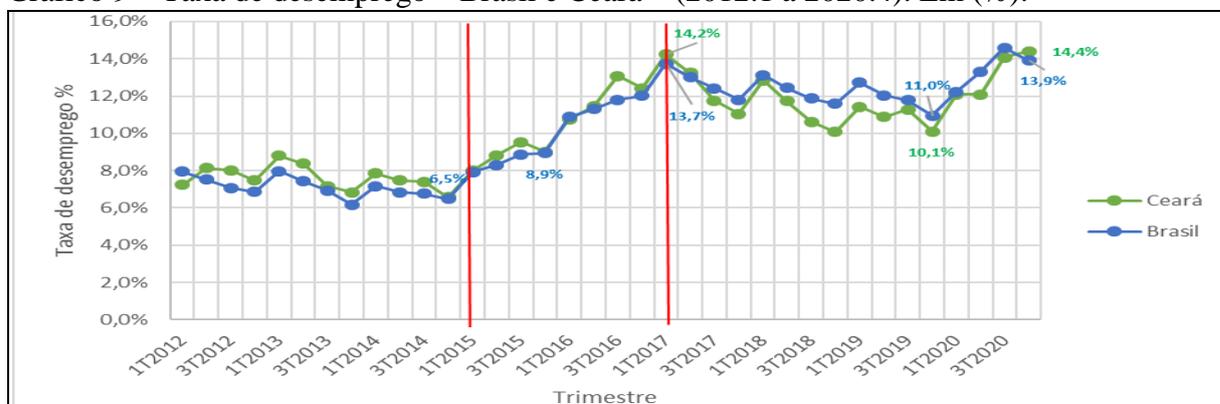


Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2021)

No decorrer da pandemia, a despeito do aumento da desocupação, tanto em nível com em taxa, verifica-se que os principais efeitos foram em termos de inatividade,

subutilização e desalento. Conforme pode ser verificado o desemprego fechou o ano um pouco acima do pico (1T2017) durante a crise de 2015/2016, o que parece mostrar que esse indicador não é o melhor para análise do comportamento do mercado de trabalho.

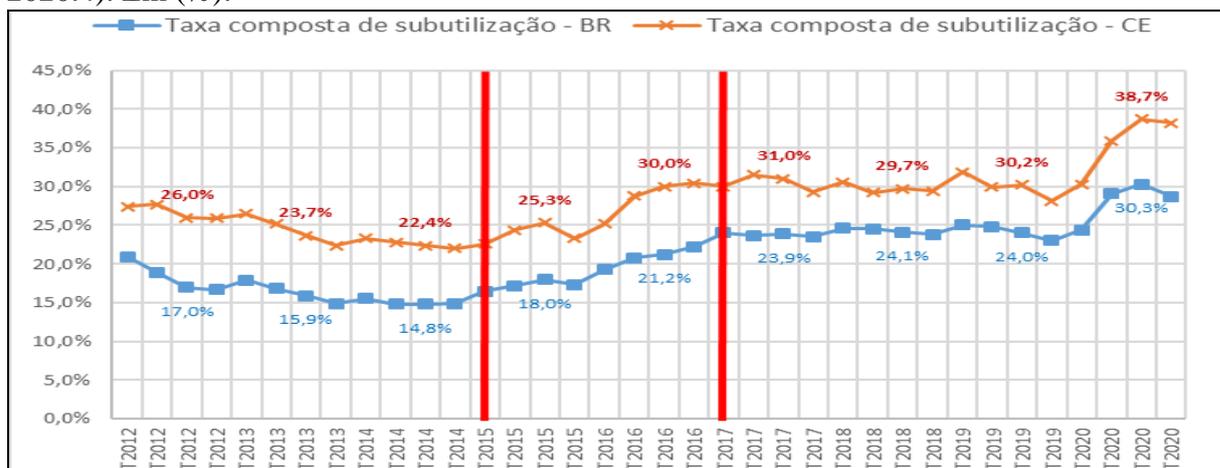
Gráfico 9 – Taxa de desemprego – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4). Em (%).



Fonte: PnadC (2021).

Quando analisamos o indicador de subutilização que busca mensurar quanto da população poderia estar trabalhando mais (incluindo aqueles que não trabalham), caso houvesse demanda (DUQUE, 2021), vemos que os efeitos da pandemia foram bem mais intensos. Além disso, é possível verificar que durante a crise anterior, esse indicador apresentou um crescimento expressivo que se transformou em uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro e cearense, corroborando a ideia de maior precarização das relações de trabalho, especialmente após a reforma trabalhista de 2017 que introduziu novas modalidades de trabalho de cunho mais flexibilizantes (BRIDI, 2020).

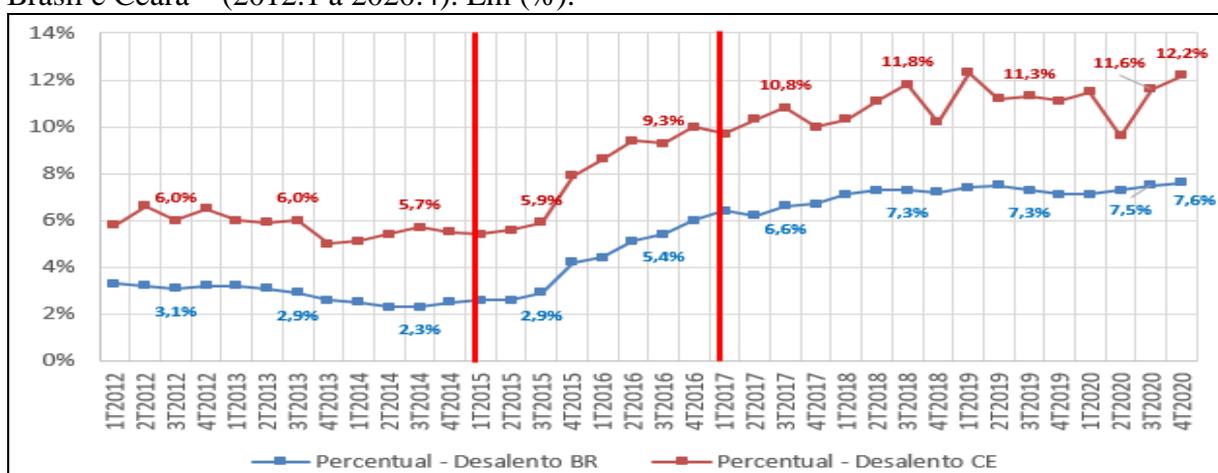
Gráfico 10 – Taxa composta da subutilização da força de trabalho – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4). Em (%).



Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2021)

O efeito desalento (GONZAGA, REIS, 2011), ou seja, a condição na qual em momentos de recessão os indivíduos desempregados desistem de procurar empregos, parece ter ocorrido de forma expressiva entre 2015 e 2017. O percentual de pessoas desalentadas na população fora da força de trabalho, cresceu bastante nesse período, principalmente no Ceará, permanecendo em patamares elevados, mesmo após o encerramento da recessão (Gráfico 11). Interessante notar que durante a pandemia não parece ter ocorrido uma variação expressiva nesse indicador. Entretanto, quando analisamos os dados da PNAD-Covid, ficam mais evidentes os efeitos da pandemia. Em maio, 24,5% das pessoas não ocupadas deixaram de procurar emprego por causa da pandemia. No Ceará, esse percentual chegou a ser de 30,2%, conforme tabela 4.

Gráfico 11 – Percentual de pessoas desalentadas na população fora da força de trabalho – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4). Em (%).



Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2021)

Tabela 4 – Percentual de pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade – Brasil e Ceará – maio a novembro de 2020. Em (%).

Abrangência	Meses						
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Brasil	24,5	23,8	24,8	23,3	21,6	19,9	18,9
Ceará	30,2	29,7	29,6	27,7	25,3	23,2	22,8

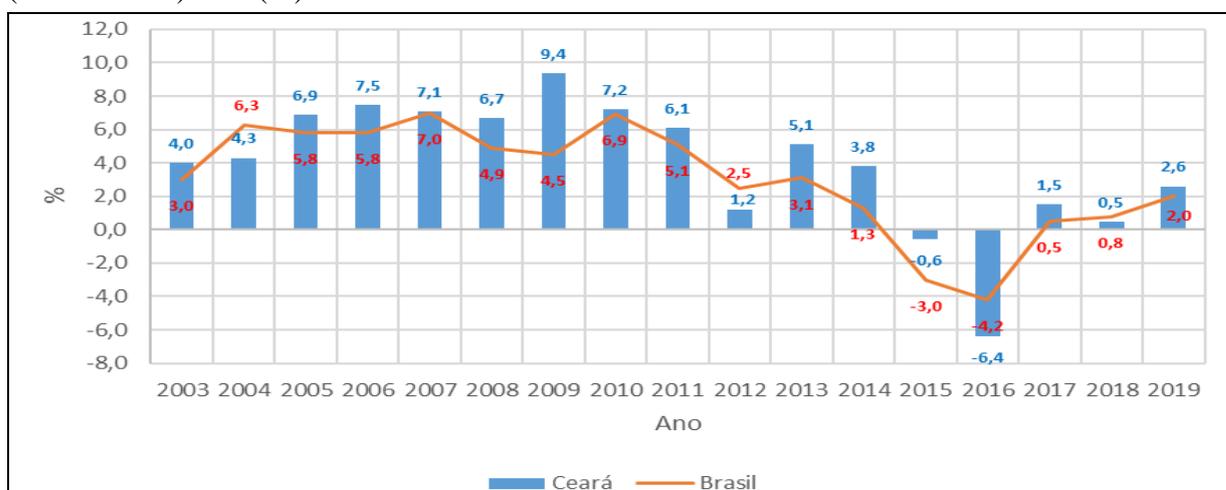
Fonte: Pnad-Covid/IBGE (2021).

3.3 Comportamento do mercado de trabalho formal e informal

O período que vai de 2004 a 2014 foi marcado por diversos avanços no mercado de trabalho. Conforma já visto anteriormente, a taxa de desemprego chegou a mínima histórica, com aumento na apropriação da renda do trabalho por parte dos trabalhos e forte

aumento de empregos formais, ou seja, ocupações com diversos direitos garantidos (férias, 13º salário e contribuição ao INSS). Os dados da RAIS mostram que entre 2003 e 2014, o estoque de empregos formais cresceram em média 5,8% a.a. no Ceará e 4,7% a.a. no Brasil. Com o processo de flexibilização do trabalho iniciado nos anos 90 ao redor do mundo, o Brasil, no período mencionado acima, destoou de boa parte dos países, evidenciando um crescimento com inclusão social por meio de um mercado de trabalho dinâmico e protetor. Após 2015, ocorreu uma completa destruição do mercado de trabalho brasileiro, em grande medida, fruto da introdução do receituário neoliberal, que visava em geral a supressão dos direitos trabalhistas e exaltação das “modernas” formas de trabalho.

Gráfico 12 – Variação anual do estoque de empregos registrados pela RAIS – Brasil e Ceará – (2010 a 2019). Em (%)

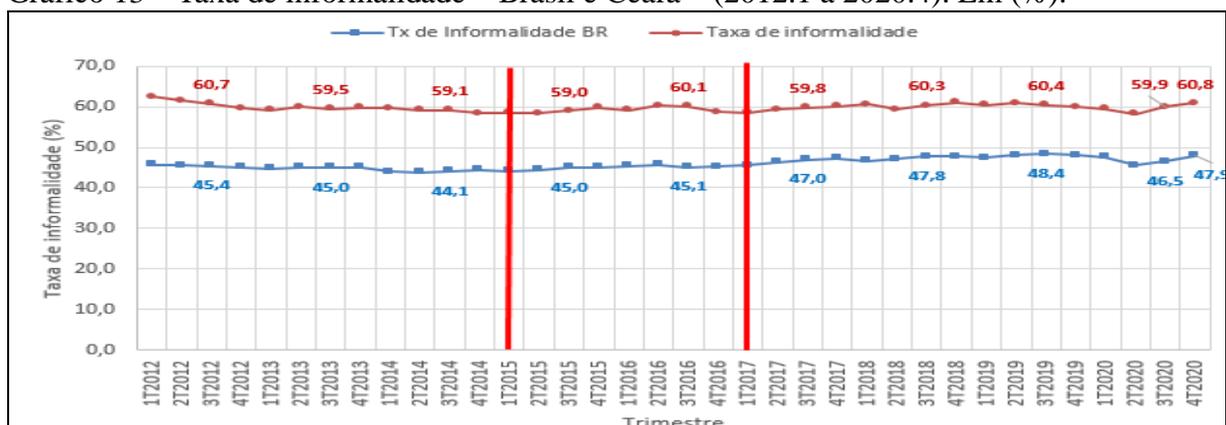


Fonte: RAIS / SEPRT-ME

Com isso, observa-se a partir de 2015 um crescimento da taxa de informalidade², que a despeito de ser uma realidade estrutural do mercado de trabalho brasileiro e cearense, vinha em tendência de queda. Adiciona-se o fato de que mesmo após a dita retomada da economia pós 2017, o dinamismo do mercado de trabalho continuava a depender do setor informal, o que conforme destacam Veloso, Matos e Peruchetti (2020), tornou essa recuperação bem distinta em relação crises anteriores, onde o setor formal sempre era o protagonista. Esse comportamento reflete a política econômica pautada na austeridade fiscal e na ausência de fortes investimentos públicos, especialmente em infraestrutura, que são os meios eficientes para geração de “bons empregos”.

² A Taxa de Informalidade corresponde à proporção de trabalhadores sem carteira assinada, que trabalham por conta-própria e trabalhadores familiares auxiliares, em relação ao total de ocupados.

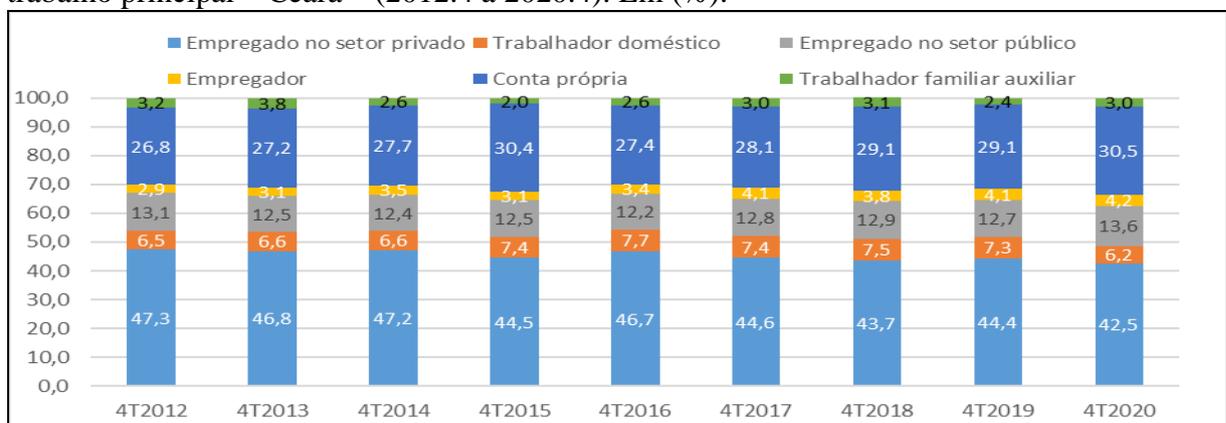
Gráfico 13 – Taxa de informalidade – Brasil e Ceará – (2012.1 a 2020.4). Em (%).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD Contínua/IBGE (2021).

Ao se verificar a recuperação pós 2017 pela posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, ficam mais evidentes que o setor formal foi o mais atingido e o que levou mais tempo para recupera-se. No Ceará, assim como em nível nacional, observou-se uma queda do percentual de ocupados como empregado do setor privado, especialmente com carteira assinado, concomitantemente ao um crescimento dos ocupados como “conta própria”, refletindo o fracasso das reformas em gerar empregos formais, um vez que as novas modalidades não apresentaram vantagens frente a informalidade/ilegalidade (KREIN; OLIVEIRA, 2019).

Gráfico 14 – Distribuição dos ocupados pela posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Ceará – (2012.4 a 2020.4). Em (%).



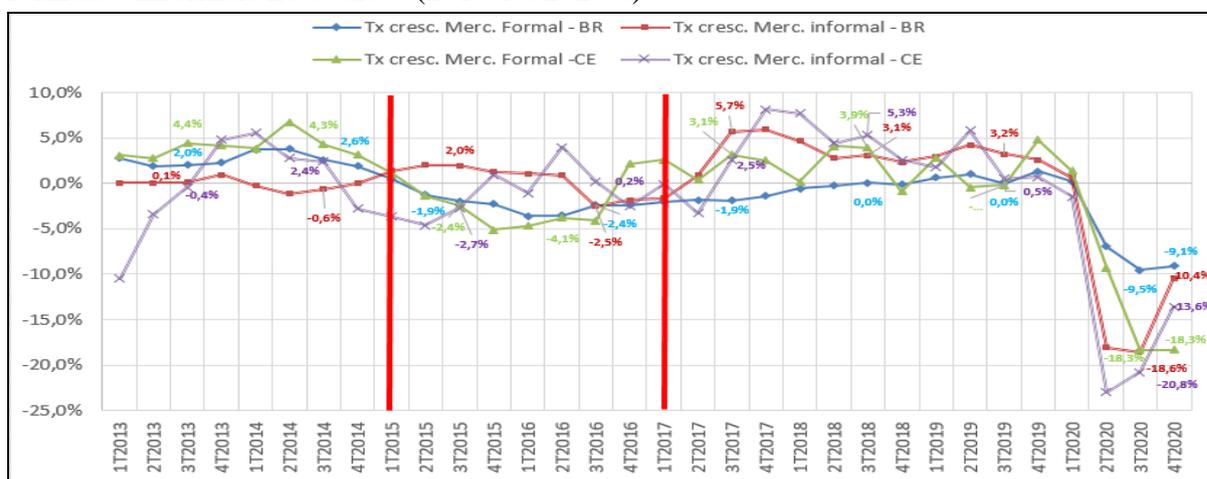
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD Contínua/IBGE (2021).

Um fenômeno importante de notar, é que esse crescimento dos ocupados como “conta própria” não aponta para um processo de empreendedorismo construtivo, ao invés disso, indica a luta árdua por renda em meio a escassez de empregos e também a introdução de novas estruturas de trabalho como é o caso da pejotização (KREIN; OLIVEIRA, 2019) e

da uberização (ABÍLIO, 2017). Nesse último vale destacar as atividades ligadas a grandes empresas de tecnologia, que buscam a todo custo descaracterizar qualquer tipo de vínculo trabalhista e conseqüentemente negam-se a oferecer qualquer tipo de proteção mais ampla, tornando ainda mais precária a situação de muitos brasileiros que não vem outra alternativa frente ao desemprego galopante.

A pandemia chegou exatamente nesse contexto de forte degradação do mercado de trabalho, o que tornou seus efeitos ainda mais trágicos, especialmente sobre o mais vulneráveis, ou seja, os informais. Essa classe, fortemente ligada ao setor de serviços, foi a que mais sofreu com as medidas de distanciamento e total paralisação da atividade econômica. O gráfico 15 demonstra exatamente isso. A queda de ocupados informais no terceiro trimestre de 2020 comparado ao mesmo trimestre do ano anterior foi de 18,6% em nível nacional e 20,8% no Ceará.

Gráfico 15 – Variação percentual em relação ao mesmo trimestre do ano anterior de ocupados formais e informais no Ceará – (2013.1 a 2020.4)

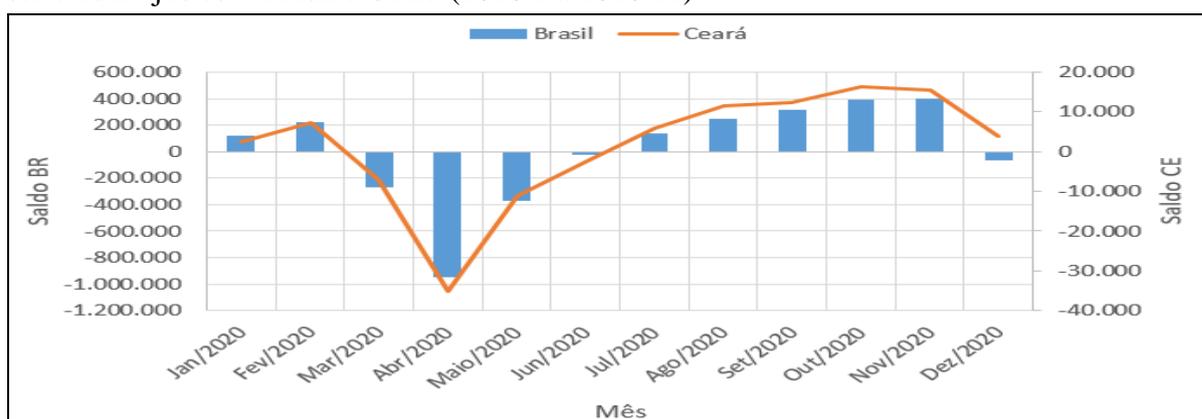


Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2021).

Diante das proporções nas quais a pandemia se revelou, o mercado formal também foi duramente afetado, especialmente no estado nordestino, onde no terceiro trimestre a queda foi de 18,3%, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, não apresentando tendência de crescimento no quarto trimestre. Quando analisamos os números de contemplados do seguro desemprego, percebemos um pico histórico no mês de abril, num contexto de incertezas generalizadas e falta de agilidade por parte do governo em prover medidas de proteção ao emprego formal. É claro que em comparação a economias com um mercado de trabalho menos regulado, como é o caso dos EUA, onde em apenas 5 semanas mais de 25 milhões de pedidos de seguro foram realizados (G1, 2020), os dados brasileiros

poderiam ser vistos como menos trágicos do realmente eram, mas a análise deveria ser vista não do ponto de vista de um mercado de trabalho totalmente recuperado, mas sim, profundamente moldado pela crise anterior. Com a introdução ainda no mês de abril da MP 936, a despeito de seus muitos problemas, como destacada anteriormente, o mercado formal passou a sofrer menos com os efeitos da pandemia. Os dados do novo CAGED (Gráfico 16), mesmo que influenciado por uma nova metodologia, demonstram um saldo positivo para economia brasileira e cearense ocorrendo em julho.

Gráfico 16 – Evolução mensal do saldo de empregos formais registrados pelo novo CAGED - série com ajustes – Brasil e Ceará (2020.1 a 2020.12).



Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME.

Conforme destacam Cadó e Borsari (2020), em muitos países foram feitos esforços sem precedentes para a proteção do trabalhador em meio à paralisação da economia.

Figura 1: Comparativo internacional de medidas relativas à renda e ao trabalho.

	Estados Unidos	Reino Unido	França	Espanha	Portugal	Itália	Alemanha	Argentina	México	Uruguai	Holanda	Austrália	Venezuela	Peru	Equador	El Salvador
Renda direta (vulneráveis/ desempregados)	x	x	x	x	x		x	x		x	x	x	x	x	x	
Licença remunerada	x	x	x	x	x	x	x	x								
Lay-off (auxílio governo)		x			x							x				
Isenção fiscal	x	x	x	x		x	x	x	x	x			x			
Suspensão de contas/tarifas selecionadas	x	x	x	x		x	x						x			x
Ampliação benefícios sociais (ex.: seguro desemprego)		x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x		
Auxílio aos trabalhadores informais	x	x	x	x	x	x		x		x	x	x	x	x	x	
Financiamento público p/ recomposição salarial	x		x	x			x	x		x	x	x	x			
Crédito subsidiado p/ pequenas e médias empresas	x		x	x	x	x	x	x				x				

Fonte: Cadó e Borsari (2020)

Muitas dessas medidas sendo consideradas até mesmo radicais, como foi o caso da Espanha, que proibiu demissões durante a crise. A figura 1 acima resume alguns dessas medidas para alguns países selecionados.

O Brasil se configura entre os países que realizaram um enorme esforço fiscal frente ao combate da pandemia (ELLERY, 2020), mesmo que isso não seja fruto da agenda econômica do governo, mas em grande parte reflexo da atuação do parlamento. O auxílio emergencial, já referido anteriormente, foi fundamental no amparo à população informal, principalmente em regiões onde essa característica era prevalente como foi o caso do Ceará. Os dados na PNAD-covid mostram que em todos os meses da pesquisa os percentuais de domicílios atendidos ultrapassaram 50%, acima do percentual médio nacional. A média dos rendimentos provenientes do AE recebido por domicílios chegou a ser de R\$ 976,00 em julho de 2020. Dessa forma, fica bastante evidente que apesar das dificuldades de operacionalização, custo fiscal elevado e das fraudes presentes, o AE foi importante a fim de reduzir os impactos da pandemia, especialmente para os informais (IPECE, 2021).

Tabela 5 – Percentual de domicílios que receberam o AE e média do rendimento recebido – Brasil e Ceará – maio a novembro de 2020.

Indicador	Percentual de domicílios que recebem AE no total de domicílios (%)		Média do rendimento proveniente do AE recebido pelos domicílios (R\$)	
	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará
Meses				
Maio	38,7	54,6	871	937
Junho	43,0	58,3	908	966
Julho	44,1	58,8	920	976
Agosto	43,9	58,6	923	964
Setembro	43,6	58,7	909	939
Outubro	42,2	57,0	694	621
Novembro	41,0	55,1	558	511

Fonte: Pnad-Covid/IBGE (2021).

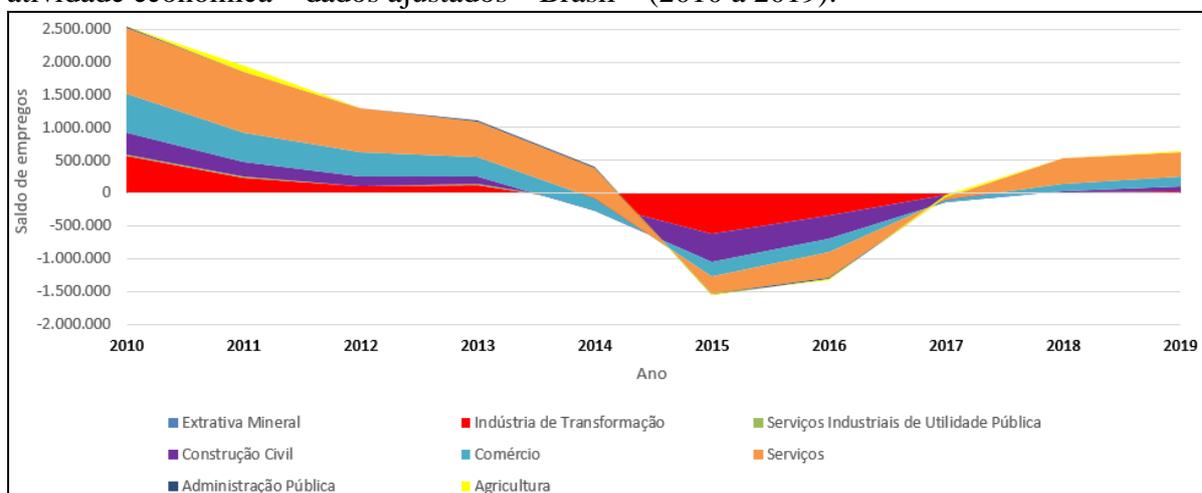
3.4 Comportamento da ocupação por setor:

O impacto setorial foi bem mais generalizado na crise atual, onde todos os setores apresentaram quedas recordes na população ocupada. Na crise de 2015/2016, alguns setores específicos foram mais atingidos, especialmente aqueles intensivos em capital físico, como é o caso da indústria de transformação e construção civil, refletindo a crise de investimentos gerada pela ausência de um Estado empreendedor forte.

Os dados do CAGED entre 2010 e 2019 mostram exatamente essa realidade para o mercado de trabalho brasileiro formal (Gráfico 17). É evidente que a crise afeta também os

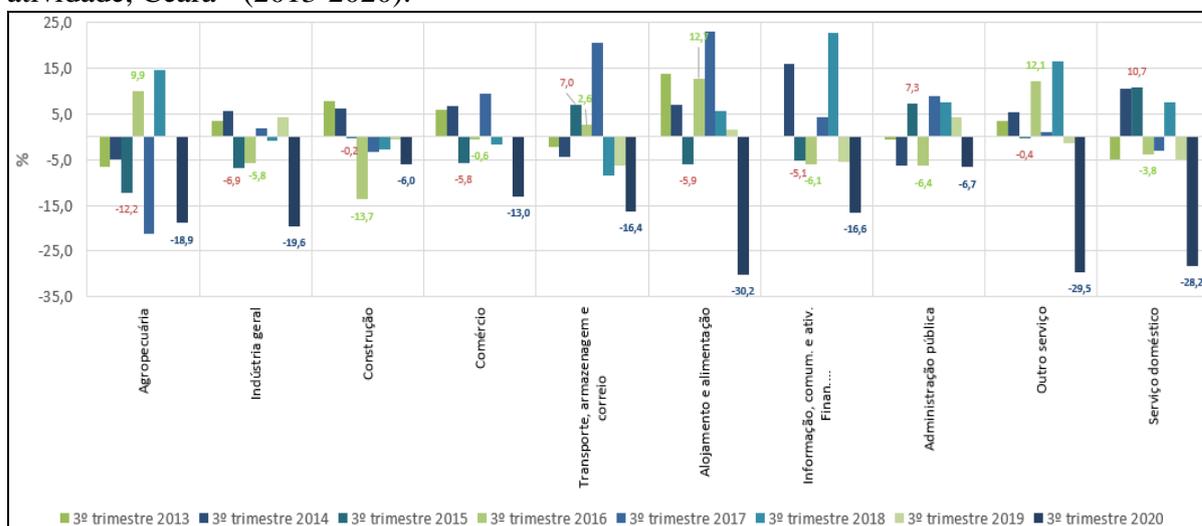
demais setores, em especial o comércio e serviços, mas é nítido que a recuperação pós 2017 não vem acompanhada da retomada dos setores industriais nem muito menos da construção civil, estando restritos quase que exclusivamente ao setor de serviços e comércio.

Gráfico 17 – Evolução do saldo de emprego formal registrado pelo CAGED, por setor de atividade econômica – dados ajustados – Brasil – (2010 a 2019).



Os dados da PNAD contínua para o Ceará apontam que na crise de 2015-2016, os setores mais atingidos nos terceiros trimestres foram a agropecuária (-12,2%) e a indústria (-6,9%) em 2015 e em 2016 nota-se o impacto na construção (-13,7%) e na administração pública (-6,4%).

Gráfico 18 – Variação interanual da população ocupada no terceiro trimestre, por setores de atividade, Ceará - (2013-2020).



Os impactos da pandemia, se mostram, como já era de se pensar, muito mais abrangentes. É possível verificar uma queda de ocupação recorde em todos segmentos setoriais, tanto em nível nacional com em nível regional, para o Ceará. Nesse último observa-se que os setores de Alojamento e alimentação (-30,2%), outros serviços (-29,5%) e serviços domésticos (-28,2%) foram os mais impactados. Conforme ressaltado pelo IPEA (2021), as medidas de distanciamento social e os *lockdowns* claramente afetam o setor de restaurantes e hotéis, o que explicam a queda no segmento de alojamento e alimentação, especialmente no Ceará, dado a importância do turismo. As restrições ao deslocamento e queda nos rendimentos domiciliares ajudam a explicar a grande queda nos serviços domésticos e nos serviços em gerais (outros serviços).

Os impactos da crise atual têm muito a ver com a própria característica de cada segmento. Aqueles que foram mais adaptáveis a modalidade remota (*home-office*) foram menos atingidos, o que demonstra uma certa desigualdade no que tange aos efeitos da pandemia (Bridi, 2020). Segundo os dados da PNAD-covid, os atuantes no trabalho remoto eram em geral, do sexo feminino, atuantes no setor formal (80%), com idade entre 30 e 59 anos, com nível superior, ocupados como empregados do setor privado com carteira (40%) e servidor público (20%). Quanto ao setor de ocupação, mais de 40% atuavam no âmbito público.

Tabela 6 – Percentual de pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho, que trabalhavam de forma remota, no total da população ocupada e não afastada do trabalho – Brasil - maio a novembro de 2020.

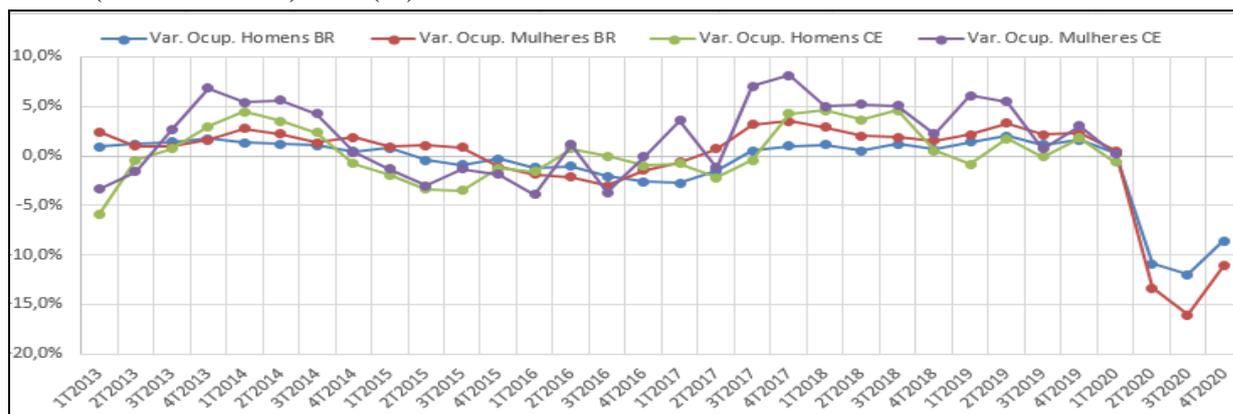
Setores	Meses						
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Agricultura	0,8	0,7	0,8	0,7	0,7	0,6	0,6
Indústria geral	6,4	6,2	6,4	6,4	6,5	6,4	6,4
Indústrias de transformação	4,3	4,0	4,2	4,2	4,4	4,3	4,3
Construção	1,8	1,6	1,6	1,4	1,4	1,5	1,5
Comércio	6,3	5,8	6,1	5,5	5,4	5,1	5,2
Transporte, armazenagem e correio	1,1	1,1	0,9	1,0	1,0	0,9	1,0
Alojamento e alimentação	1,2	1,1	1,0	0,9	0,9	1,2	0,9
Informação, comunicação e ativ. financeiras	26,4	25,9	26,8	25,9	27,1	27,2	27,0
Administração pública	41,7	44,4	45,4	48,9	48,9	49,3	49,4
Serviços domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros serviços	2,5	2,7	2,4	2,4	2,3	2,3	2,3
Outras atividades	11,8	10,5	8,4	6,9	5,9	5,6	5,6

Fonte: Pnad-Covid/IBGE (2021).

3.5 Comportamento da ocupação por condições individuais

É possível observar a partir dos dados individualizados por gênero, idade e nível de instrução, que ambas as crises afetaram de forma mais intensiva alguns grupos em particular. Constata-se que na primeira crise, quanto à questão de gênero, os homens aparentam terem sido mais atingidos, especialmente quando se analisa o perfil da recuperação após 2017, onde a ocupação por parte de mulheres cresceu mais rapidamente em relação aos homens (IPEA, 2021), tanto para o Ceará como para o Brasil. Na crise atual são nítidos os efeitos maiores sobre as mulheres, explicado em geral pela característica familiar brasileira, onde as atividades domésticas e de cuidados dos filhos recaem na grande maioria sobre o gênero feminino. Dessa forma, com o fechamento de escolas e creches, era de se esperar que a ocupação feminina diminuísse, como os dados observados para o Brasil demonstram. Os dados para o Ceará só estão disponíveis até 2020.1, não sendo possível realizar a análise.

Gráfico 19 - Variação interanual da população ocupada, por gênero – Brasil (2013.1-2020.4) e Ceará (2013.1-2020.1). Em (%).



Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2021).

Tabela 7 - Variação interanual da população ocupada, por faixa etária – Brasil (2013.3-2020.3) e Ceará (2013.3-2020.1). Em (%).

Idades	14 a	18 a	25 a	40 a	60 anos	14 a	18 a	25 a	40 a	60 anos
	17	24	39	59	ou mais	17	24	39	59	ou mais
Trimestre	BRASIL					CEARÁ				
3T2013	-12,4	-3,1	1,7	3,0	2,5	-12,6	-0,4	3,4	3,7	-11,5
3T2014	-7,7	-2,6	1,3	2,3	4,9	-17,3	-2,6	4,1	4,3	11,5
3T2015	-6,9	-5,3	-2,4	3,0	5,5	1,2	-7,6	-4,5	2,4	-9,8
3T2016	-33,0	-6,7	-1,6	-0,6	-2,6	-39,0	-6,9	-0,6	0,0	4,9
3T2017	-4,7	3,1	0,2	1,6	8,4	-15,7	6,8	4,2	-0,2	6,3
3T2018	-2,7	0,2	0,3	2,0	7,4	7,3	0,2	2,7	7,0	12,7
3T2019	-0,1	-1,2	0,9	2,3	5,0	-5,8	-7,1	-2,2	3,8	7,7

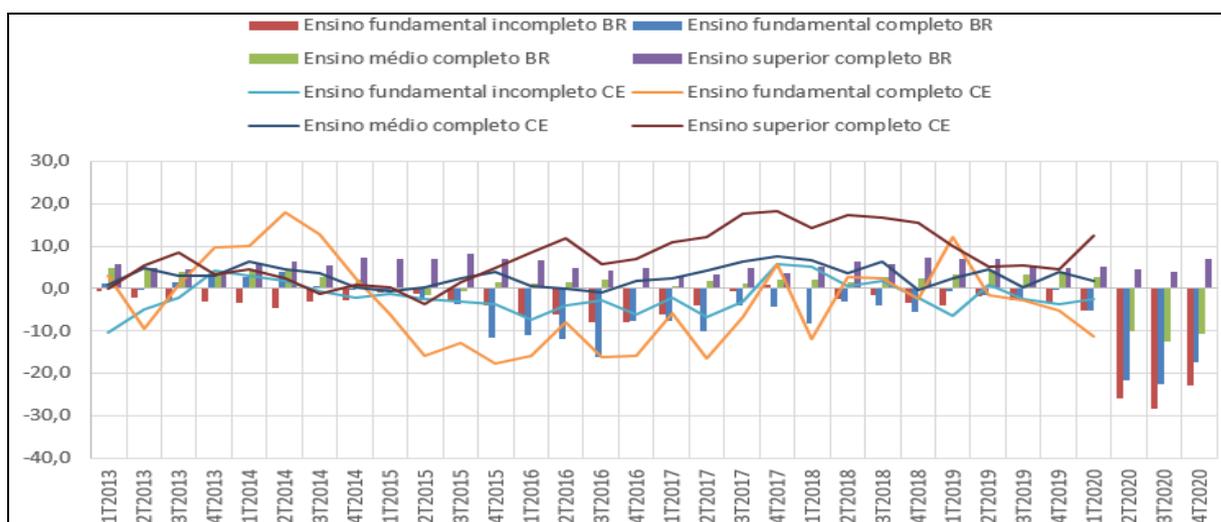
1T2020	-10,6	-2,7	-0,5	2,3	1,5	-39,0	-7,7	-3,1	5,0	2,4
3T2020	-61,7	-27,8	-16,6	-6,8	-12,2	-	-	-	-	-

Fonte: Pnad-Covid/IBGE (2021).

Pelos dados de ocupação idade, é possível verificar que os mais jovens foram os mais afetados pelas duas crises, o que reflete de certa forma um padrão estrutural do mercado de trabalho brasileiro, que em geral abre pouco espaço para jovens sem experiência, na ausência de políticas de estímulos a esse tipo de contratação. É visível que a crise atual teve efeitos mais amplos sobre as demais faixas etárias em relação a crise anterior. Interessante notar que a classe menos atingida em ambos os períodos foi a faixa de 60 anos ou mais, cuja a explicação, talvez esteja relacionado a questões de experiências e tempo de serviço, o que se traduz em maior custo para demissões.

Por último, quanto ao nível de instrução, é possível registrar, em ambas as crises, que quanto menor o número de anos de estudo mais severos são os efeitos negativos em termos de ocupação, especialmente na crise atual, onde a adaptação a trabalhos remotos esteve muito ligada ao grau de instrução do trabalhador. Um ponto importante de se destacar é que o período pós 2017, que marca o fim da recessão e início da suposta recuperação do mercado de trabalho, foi marcado pelo aumento da ocupação de indivíduos de nível superior, refletindo muito possivelmente, o movimento no qual trabalhadores com níveis educacionais mais altos, estavam aceitando empregos com menor nível de renda, ocorrendo apenas uma substituição da mão de obra menos qualificada, por uma mais qualificada (TROVÃO; ARAÚJO, 2020).

Gráfico 20 - Variação interanual da população ocupada, nível de instrução – Brasil (2013.1-2020.4) e Ceará (2013.1-2020.1). Em (%).

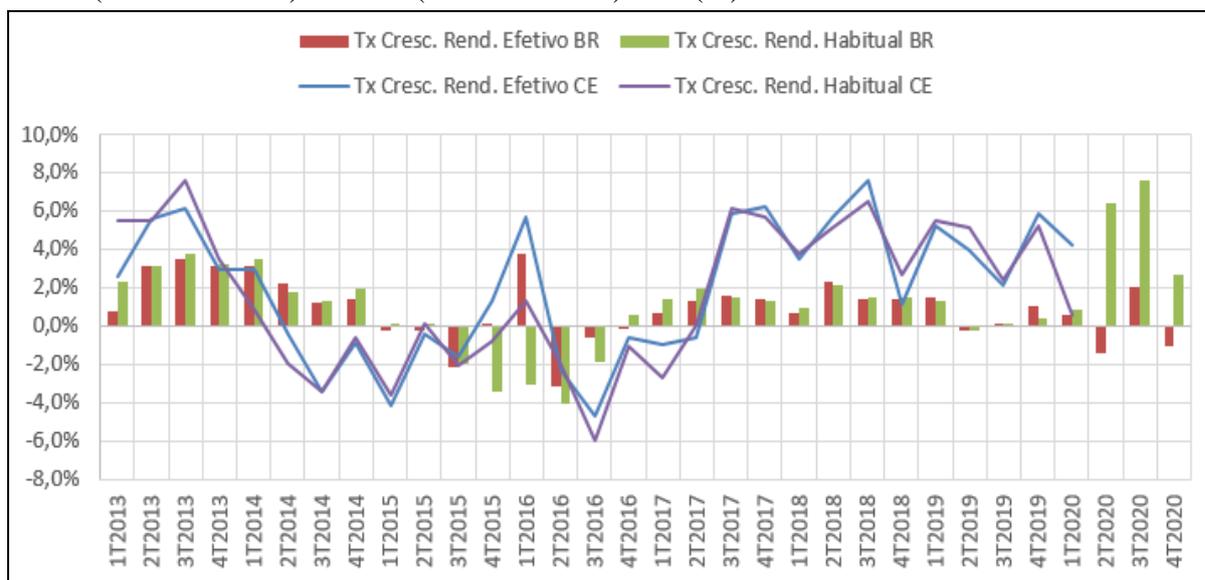


Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2021).

3.6 Comportamento dos rendimentos do trabalho

O gráfico 21 mostra a variação interanual dos rendimentos habituais e efetivos de 2013 a 2020. O primeiro refere-se ao rendimento normalmente recebido e o segundo representa a renda realmente recebida pelo trabalhador no mês de referência. Verifica-se que as duas séries caminham coladas na maior parte do período, apresentando descolamentos significativos apenas nos dois períodos aqui analisados. Na crise atual, especialmente no 2º trimestre, os rendimentos habituais cresceram, muito influenciado pela diminuição da força de trabalho ocupada, principalmente de informais e trabalhadores com baixos salários, seguindo uma tendência diferente da apresentada durante a crise anterior, onde o crescimento ocorre por parte dos rendimentos efetivos, principalmente no primeiro trimestre de 2016. Nota-se, entretanto, que a atual crise tendeu a diminuir a renda efetiva, principalmente por causa das reduções nas horas efetivamente trabalhadas. Dessa forma, novamente percebemos que apesar dos impactos generalizados, a atual crise foi mais focalizada nos grupos informais e com baixo rendimento, enquanto que a crise dos anos 2015-2016, apesar da sua propagação também generalizada, parece ter gerado maior impacto ao setor formal.

Gráfico 21 – Variação interanual do rendimento efetivo e habitual de todos os trabalhos no Brasil (2013.1-2020.4) e Ceará (2013.1-2020.1). Em (%).

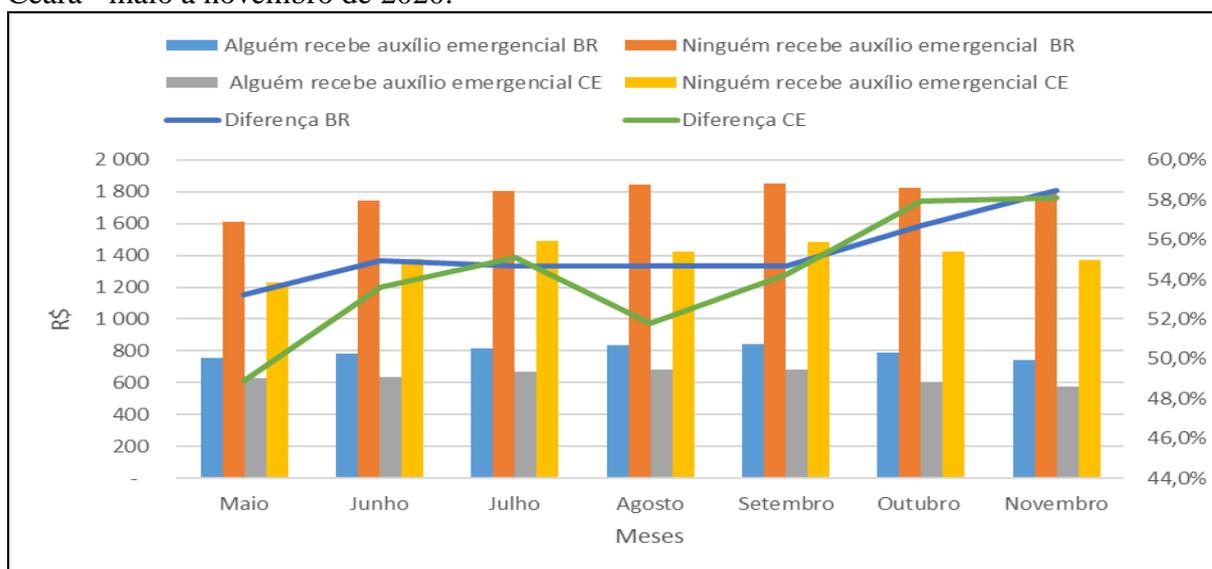


Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2021).

Uma questão fundamental sobre a renda a ser destacada é o aumento da desigualdade especialmente pós 2017, como já destacado anteriormente. A pandemia veio como a cereja desse bolo amargo que se traduz em país de poucos privilegiados e muitos

esquecidos, especialmente por parte de um governo imerso do em velhos ideais neoliberais de pouca valia para tempos como esses, de total ruptura (BOLLE, 2020). Os dados da PNAD-Covid, revelam o aumento dessas disparidades. É possível verificar, no gráfico 22, o rendimento real domiciliar *per capita* médio efetivamente recebido em relação a ter ou não recebido o auxílio emergencial, ficando evidente, tanto para o Ceará como para o Brasil a diferença entre ambos, e nas entrelinhas, fica claro que sem o AE a situação teria sido muito pior.

Gráfico 22 - Rendimento médio real domiciliar per capita dividido entre famílias que receberam o auxílio emergencial e aquelas que foram desprovidas desse recurso – Brasil e Ceará - maio a novembro de 2020.



Fonte: Pnad-Covid/IBGE (2021).

4 CONCLUSÃO

Essa monografia teve como objetivo analisar o mercado de trabalho cearense e brasileiro no decorrer das duas mais recentes crises econômicas: a recessão dos anos 2015 e 2016 e a mais recente crise da covid-19, buscando destacar suas similaridades e diferenças.

Observa-se o crescimento, tanto em nível nacional como regional, da taxa de atividade, mesmo o país fechando o ano de 2020 com mais de 200 mil mortos pela covid-19, o que pode refletir futuramente nesse indicador. Foi possível verificar que a crise atual causou uma queda histórica na taxa de ocupação e respectivo aumento na taxa de inatividade. No Ceará, pela primeira vez na série histórica, a taxa de inatividade foi superior a taxa de atividade, fechando o ano em 50%, enquanto que no Brasil essa taxa foi de 43,2%, no último trimestre. No período da crise anterior foi possível observar uma variação recorde do

desemprego, sendo de 7,7 p.p. para o Brasil e 7,2 p.p para o Ceará, entre 4T2014 e 1T2017. O crescimento da taxa de subutilização da mão de obra e do desalento, também foram recordes, refletindo em especial o efeito da crise sobre o setor formal, intensivo em capital físico, como foi o caso da construção civil e da indústria de transformação.

A pandemia, diferentemente, trouxe impactos mais severos sobre a informalidade, processo que vinha em franco crescimento, após 2017, sob o reflexo do fracasso das reformas implantadas, especialmente a trabalhista, de tornar o mercado formal dinâmico. Dessa forma foi possível verificar o crescimento de categorias como os “conta própria” e de trabalhadores na completa ilegalidade, ou seja, sem carteira assinada, o que tornou os efeitos da pandemia ainda mais severos. Os dados demonstram que tanta para a economia cearense como para a economia nacional, a queda na ocupação informal foi bem mais intensa na crise atual (Gráfico 15).

Nesse sentido, diante do colapso da economia e do mercado de trabalho, as transferências de renda foram fundamentais para que a tragédia não fosse ainda maior. O auxílio emergencial atingiu mais de 50% dos domicílios cearenses refletindo a alta informalidade no Estado, enquanto que em nível nacional, o percentual chegou a ser de mais 44%. Além disso, medidas como o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, a despeito de suas muitas falhas, foram importantes para frear as demissões em massa e suavizar os efeitos sobre o mercado de trabalho formal. Um grande esforço fiscal foi feito, muito por causa do protagonismo do legislativo, diante da completa omissão e oposição do executivo.

Os impactos setoriais, foram mais generalizados no período atual, sendo os setores com maior presença de informais os mais afetados, destacando-se o setor de alojamento e alimentações que é ligado às atividades de turismo e eventos, cuja a participação econômica no estado do Ceará é bem relevante. É importante destacar que dada a característica da pandemia, setores que facilmente se ajustaram à modalidade de trabalho remota, sofreram menos, como foi o caso do setor público, em contrapartida, o inverso também é verdadeiro, ou seja, setores ligados a atividades de serviços presenciais foram duramente afetados, sendo seus efeitos maximizados pela alta presença de informais nessas atividades, como foi o caso dos serviços domésticos. Na crise anterior, os impactos maiores foram observados na indústria e construção civil, setores que estão mais ligados ao mercado formal, e que padeceram pela queda nos investimentos públicos, em especial de infraestrutura,

A análise dos rendimentos corrobora com o já exposto anteriormente, de que a crise passada parece ter afetado mais o mercado formal, com menor crescimento dos

rendimentos habituais, enquanto que a crise atual, com a forte queda renda efetiva, nos aponta que o impacto sobre os informais, principalmente pela queda da jornada de trabalho, foi maior. É importante notar também o crescimento da desigualdade, com resultado direto da política econômica adotada a partir da ruptura política de 2016. Diante da maior crise de saúde pública do mundo, tal condição agravou-se ainda mais, mesmo com a implantação, temporária do auxílio emergencial.

Diante do exposto, é fundamental a retomada do papel do Estado protetor dos direitos dos trabalhadores, especialmente pelo fortalecimento sindical (BRIDE, 2020) tão enfraquecido em tempos recentes. Urge também a discussão de uma renda mínima universal, ou mesmo focalizada, diante de uma situação única e com potencialidade de mudar aspectos estruturais do mercado de trabalho brasileiro, uma vez que muitas das adaptações implantadas tornar-se-ão permanentes, como é o caso do *home-office*, o que fragiliza ainda mais o percentual de ocupados com baixo nível de qualificação. Nesse sentido é fundamental o papel do Estado como provedor de bons serviços públicos, como é caso da educação, cujo as desigualdades de acesso são gritantes nesses tempos pandêmicos, e na saúde, como o provimento rápido de imunizantes em massa para toda a população.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- BALASSIANO, Marcel. **Década cada vez mais perdida na economia brasileira e comparações internacionais**. 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/decada-cada-vez-mais-perdida-economia-brasileira-e-comparacoes-internacionais>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- BIANCARELLI, André; ROSA, Renato; VERGNHANINI, Rodrigo. **O setor externo no governo Dilma e seu papel na crise**. 2017. Texto para Discussão n. 296. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341381559_O_setor_externo_no_governo_Dilma_e_seu_papel_na_crise. Acesso em: 23 maio 2021.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 729-749, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/F8mXfg5mkdfyjw5Y5bLXqxg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- BOLLE, Monica Baumgarten de. **A Pilha de areia: ruptura**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. 320 p.
- BOLLE, Monica Baumgarten de. **Como matar a borboleta-azul: uma crônica da era Dilma**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016. 268 p.
- BRASIL. Secretaria de Política Econômica (SPE). Ministério da Economia. **Nota informativa: atualização do PIB privado x PIB público**. Brasília: Ministério da Economia, 2020. 4 p.
- BRIDI, Maria Aparecida. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 141-165, dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/3MfRK5yDnzN9HsMzH5bCfqD/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- CADÓ, Iriana; BORSARI, Pietro. **Medidas de amparo ao trabalho e à renda frente à pandemia do coronavírus: comparativo internacional**. Comparativo internacional. 2020. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/04/Texto-pietro-e-iri-v-semi-final-2-1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 201-214, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/108932/107381>. Acesso em: 27 maio 2021.
- CARVALHO, Laura Barbosa de. **Curto-circuito: o vírus e a volta do estado**. São Paulo: Todavia, 2020. 144 p.

CARVALHO, Laura Barbosa de. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018. 195 p.

CARVALHO, Laura. **Como a economia brasileira ajudou a eleger Bolsonaro?** 2020. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/latamcaribbean/2020/01/15/como-a-economia-brasileira-ajudou-a-eleger-bolsonaro/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CORONAVIRUS CEARÁ (Ceará). **Ações do Governo no combate à pandemia**. 2021. Disponível em: <https://coronavirus.ceara.gov.br/governo/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

COUTO, Joaquim Miguel. ALGUNS RESULTADOS MACROECONÔMICOS DO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO BOLSONARO. **A Economia em Revista**, Maringá, v. 28, n. 3, p. 93-99, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/57276/751375152217>. Acesso em: 12 jul. 2021.

DUQUE, Daniel. MERCADO E TRABALHO. In: SHIKIDA, Claudio D.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando (ed.). **Guia brasileiro de análise de dados: armadilhas & soluções**. Brasília: Enap, 2021. Cap. 8. p. 203-228. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6039>. Acesso em: 22 jul. 2021.

DWECK, Esther. Por que é imprescindível revogar o Teto de Gastos? In: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. Cap. 20. p. 83-96. Disponível em: <https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2020/11/Economia-Po%CC%81s-Pandemia-compactado.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

ELLERY, Roberto. **MEDIDAS ECONÔMICAS PARA ENFRENTAR A COVID-19 NO BRASIL E NO MUNDO**. 2020. Disponível em: <https://rgellery.blogspot.com/2020/04/medidas-economicas-para-enfrentar-covid.html>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ESTADÃO: Para economistas, liberação do FGTS pode deixar PIB mais perto de 1% este ano. São Paulo, 17 jul. 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-economistas-liberacao-do-fgts-pode-conter-sangria-da-atividade,70002926000>. Acesso em: 21 maio 2021.

G1: Pedidos de seguro desemprego nos EUA somam 4,4 milhões em uma semana. São Paulo, 23 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/23/eua-tem-44-milhoes-de-novos-pedidos-de-seguro-desemprego-na-semana.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2021.

GENTIL, Denise; HERMANN, Jennifer. A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 793-816, dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182017000300793&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 12 maio 2021.

GIAMBIAGI, Fabio. Rompendo com a Ruptura: o governo lula (2003-2010). In: GIAMBIAGI, Fabio *et al* (org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945- 2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Cap. 8. p. 197-237.

GIMENEZ, Denis Maracci; POCHMMAN, Marcio; RIGOLETT, Tomás. **Covid19 e seus efeitos sobre o mercado de trabalho nos EUA**. 2020. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/covid19-e-seus-efeitos-sobre-o-mercado-de-trabalho-nos-eua/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

GONZAGA, Gustavo; REIS, Mauricio Cortez. Oferta de trabalho e ciclo econômico: os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 127-148, abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/tzyC7XGTML5wRvS84PRjdVg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD – Contínua, 2020, 2019, 2018, 2017, 2016, 2015, 2014, 2013, 2012**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 02 de jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Covid-19, 2020**. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid>. Acesso em: 02 de jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Informe Nº 172: Principais Mudanças Ocorridas no Comércio Exterior Cearense por Atividades Econômicas entre os Anos de 1997 a 2019**. Fortaleza, 2020. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/03/ipece_informe_172_03_mar2020.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Informe Nº 67: Bolsa Família e o Comportamento no Mercado de Trabalho Cearense**. Fortaleza, 2013. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/Ipece_Informe_67_18_novembro_2013.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Informe Nº 29: Impactos Econômicos dos Principais Investimentos Públicos no Ceará na Primeira Gestão do Governo Cid Gomes**. Fortaleza, 2012. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/Ipece_Informe_29_13_abril_2012.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Informe Nº 189: Evolução dos empregos formais – 2002 a 2019**. Fortaleza, 2021. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/02/ipece_informe_189_09_fev2021.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Informe Nº 180: Os principais resultados da PNAD COVID mensal do IBGE para o Ceará**. Fortaleza, 2020. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/08/ipece_informe_180_08_agosto_2020.pdf.

content/uploads/sites/45/2020/10/ipece_informe_180_01_out2020.pdf >. Acesso em: 10 jun. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Termômetro do mercado de trabalho**: 3º trimestre de 2020. Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/12/Termometro_do_Trabalho_2trim_2020_13.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Texto para discussão Nº 79**: Desempenho econômico do estado do Ceará em anos recentes. Fortaleza, 2010. Disponível em https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_79.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Texto para discussão Nº 127**: Dinâmica do mercado de trabalho cearense: Uma análise comparativa com o Brasil no período de 1995 a 2017. Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/04/TD_127.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Nota Técnica Nº 92**: Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: Análise do período 2015-2016 e da pandemia de covi-19. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/210210_nt_disoc_n_92.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Nota Técnica**. Aceleração educacional e a queda recente da informalidade. Brasília, 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4066/1/bmt39_04_NT3Rafael_Daniel.pdf. Acesso em: 23 maio 2021.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Para além dos discursos: impactos efetivos da reforma nas formas de contratação. In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). **Reforma Trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. Cap. 3. p. 81-125. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/livro-reforma-trabalhista-no-brasil-promessas-e-realidade/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Veras de; FILGUEIRAS, Vitor Araujo. AS REFORMAS TRABALHISTAS: promessas e impactos na vida de quem trabalha. **Caderno Crh**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 225, 4 nov. 2019. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/JYGZHWpXz5yr8cf4dvM9kFj/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2021.

KROTH, Darlan Christiano. **A ECONOMIA BRASILEIRA FRENTE A PANDEMIA DO COVID-19: ENTRE AS PRESCRIÇÕES E AS PROPOSTAS DO GOVERNO**. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/Artigo_acoes_econ_Covid-19_fim.pdf. Acesso em: 22 jul. 2021.

LINS, Paulo. **O PAC valeu a pena?** 2017. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-pac-valeu-pena>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ROSSI, Pedro Linhares; MELLO, Guilherme Santos. **Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma.** 2017. Texto Para Discussão 309. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/noticias/do-industrialismo-a-austeridade-a-politica-macro-dos-governos-di>. Acesso em: 23 maio 2021.

MESQUITA, Mario. A política econômica do governo Dilma: a volta ao experimentalismo. In: CDPP. **Sob a Luz do Sol, uma agenda para o Brasil.** São Paulo. CDPP, 2014. Cap. 11. p. 2-15. Disponível em: <https://cdpp.org.br/wp-content/uploads/2017/02/CAPITULO-1.pdf>. Acesso em: 02 maio 2021.

NEXO: A fila do Bolsa Família. E a redução de beneficiários. São Paulo, 23 fev. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/02/23/A-fila-do-Bolsa-Fam%3%ADlia.-E-a-redu%3%A7%C3%A3o-de-benefici%3%A1rios>. Acesso em: 21 jun. 2021.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar.** 2019. Disponível em: <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/a-economia-brasileira-no-governo-temer-e-bolsonaro-final-05.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.

PAULA, Luiz Fernando de; MOURA, Rafael. **Consequências econômicas da Operação Lava-Jato.** 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaio/coluna/consequencias-economicas-da-operacao-lava-jato.ghtmlhttps://valor.globo.com/opiniaio/coluna/consequencias-economicas-da-operacao-lava-jato.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PELATIERI, Patrícia. *et al.* Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. in: CAMPOS, André Gambier (org.) **Terceirização do Trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate.** 11 p. Brasília, DF: Ipea, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8687/1/Terceiriza%3%A7%C3%A3o%20e%20precariza%3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

RESENDE, Marco Flávio da Cunha; TERRA, Fábio Henrique Bittes. Ciclo, crise e retomada da economia brasileira: avaliação macroeconômica do período 2004-2016. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 469-496, ago. 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182020000200469#:~:text=Entre%202004%20e%202010%2C%20a,%25%20\(BCB%2C%202018\)](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182020000200469#:~:text=Entre%202004%20e%202010%2C%20a,%25%20(BCB%2C%202018).). Acesso em: 13 maio 2021.

RIBEIRO, Rosana A. **SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL: valorização e parâmetros de reajuste (1994-2020).** In: MACAMBIRA, Júnior *et al* (org.). **Desmonte do estado e das políticas públicas: retrocesso do desenvolvimento e aumento das desigualdades no brasil.** Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2020. Cap. 10. p. 287-311. Disponível em: <https://gepolt-entrelas.net.br/wp-content/uploads/2020/11/2020-IDT-GEPOLT-Desmonte-do-Estado-e-das->. Acesso em: 30 maio 2021.

SANTOS, Maria Tereza. **As diferenças e semelhanças entre outros coronavírus e o Sars-CoV-2**. 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/as-diferencas-e-semelhancas-entre-o-sars-cov-2-e-outros-coronavirus/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth in 2011-2014. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 25, p. 803-833, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/N5nSRYj3bj4SRfSLxm6xYDt/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Conflito distributivo e o fim da “breve era de ouro” da economia brasileira. **Novos Estudos - Cebrap**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 175-189, ago. 2018. *Novos Estudos - CEBRAP*. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/v37n2/1980-5403-nec-37-02-175.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; ARAÚJO, Juliana Bacelar de. Reformas trabalhistas, flexibilização e novas formas de contratação. **Rbest: Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, [S.L.], v. 2, p. 1-38, 5 nov. 2020. Universidade Estadual de Campinas.

UOL: As promessas de Guedes. São Paulo, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/20-meses-de-paulo-guedes/#cover>. Acesso em: 22 jun. 2021.

VALOR ECONÔMICO: Consequências econômicas da Operação Lava-Jato. São Paulo, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/consequencias-economicas-da-operacao-lava-jato.ghml>. Acesso em: 20 jun. 2021.

VEJA SAÚDE: As diferenças e semelhanças entre outros coronavírus e o Sars-CoV-2. São Paulo, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/as-diferencas-e-semelhancas-entre-o-sars-cov-2-e-outros-coronavirus/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

VELOSO, Fernando; MATOS, Silvia; PERUCHETTI, Paulo. **Mudança no padrão de recuperação do emprego após a última recessão e sua relação com a produtividade**. 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/mudanca-no-padrao-de-recuperacao-do-emprego-apos-ultima-recessao-e-s>. Acesso em: 23 jun. 2021.